

Olavo de Medeiros Filho

OS BARÕES DO CEARÁ-MIRIM E MIPIBU

Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria



I PARTE

O BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

INTRODUÇÃO

O notável escritor NILO PEREIRA, bisneto do Barão do Ceará-mirim, em seu livro “Imagens do Ceará-mirim” (p.115), lança um apelo sugerindo a elaboração de uma biografia do seu ilustre antepassado:

“Infelizmente não se escreveu ainda a biografia do Barão do Ceará-mirim. Inclusive para uso das escolas, como não se escreveu ainda a de outros Barões norte-rio-grandenses, tão beneméritos quanto Manuel Varela do Nascimento. Essas figuras do Segundo Reinado – tão ligadas a terra e aos primeiros passos do progresso urbano e rural – andam um tanto esquecidas. Um bom programa educativo seria reanimá-la. Não faria mal a ninguém”...

Resolvemos atender ao apelo de Nilo Pereira, utilizando-nos o mais possível de fontes primárias inéditas. Infelizmente o fato de não termos encontrado maiores informações documentais – tais como assentamentos paroquiais e inventários de bens - nos impediam de escrever aquela biografia com as características pretendidas.

Fomos obrigados a pelar para notícias publicadas em jornais, principalmente necrológios, bem como notas biográficas escritas por terceiros. Fizemos uma antologia literária, aproveitando magníficos escritos de autoria de Nilo Pereira, Maria Madalena Antunes Pereira, Luís da Câmara Cascudo, Jeanne Fonseca Leite Nesi, Luis Carlos Lins Wanderley e Raimundo Nonato.

Representará este livro uma contribuição à futura biografia do Barão do Ceará-mirim, quando por ventura surgirem informações documentais mais consistentes.

Nasceu Manuel Varela do Nascimento, futuro barão do Ceará-mirim, no dia 24 de dezembro de 1802, na propriedade Veríssimo, pertencente aos seus genitores – José Felix da Silva e Ana Teixeira Varela. O Veríssimo hoje representa um subúrbio da cidade do Ceará-mirim, vizinho à Usina São Francisco.

Dona Bernarda Dantas da Silva, casada com o Barão, era filha do casal Francisco Teixeira de Araújo e Isabel Dantas Xavier. Nasceu a Baronesa no dia 17 de Junho de 1821. Ao que tudo indica, os pais de Bernarda eram proprietários do bangüê capela, hoje distrito do município de Ceará-mirim. Manuel Varela faleceu a 1º de março de 1881 e a Baronesa em 16 de julho de 1890.

À época do nascimento de Manuel e Bernarda, a região conhecida sob a denominação de Ceará-mirim pertencia à Freguesia de Estremoz-RN.

Constatamos uma divergência entre os nomes dos pais de Manuel e Bernarda apresentados pelos registros paroquiais, e as informações de autoria de Câmara Cascudo.

O BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

Luís da Câmara Cascudo

Manoel Varela do Nascimento, nascido no “Veríssimo”, na véspera do Natal de 1803, foi o primeiro norte-rio-grandense agraciado com um título nobiliárquico.

D. Pedro II, no gabinete conservador do conselho João Alfredo Correia de Oliveira, fê-lo Barão do Ceará-mirim.

O decreto imperial é de 22 de junho e o título assinado a 8 de julho de 1874.

O Barão pagou 100\$ de direitos na Alfândega e três mil réis na Secretaria da Presidência Provincial.

O diploma informa que a benemerência se devia aos relevantes serviços prestados à instrução pública na Província do Rio Grande do Norte.

Varela deve ter auxiliado bem. Dizem que o Imperador o fez Barão por causa de um prédio construído para Escola Pública a que ainda serve de sede ao Grupo Escolar que tem seu nome.

Se o foi, o baronato veio por antecipação. O edifício foi entregue a 5 de novembro de 1878 e Varela já era Barão quatro anos antes.

Não me consta que D. Pedro II premiasse as promessas dos coronéis políticos do Império. Se fosse o prédio, o título seria posterior à dádiva. Antes é que não.

O Barão representa uma afirmativa dessa aristocracia rural, nascida nas nobres lides da terra, cultivada e vencida pelo suor humano.

Começou sendo pequeno plantador, com um engenho movido por bestas. Ceará-mirim, região dos “bangüês”, possuía os cilindros das moendas ainda verticais, para o trituração da cana. Varela foi um dos primeiros a introduzir o cilindro horizontal. E divulgou a cana de Cayenne, que chamamos cana caiana. Andou comprando essa aparelhagem no Recife.

Muito moço já se distinguiu. O Imperador D. Pedro I assinou sua patente de “Alferes de Segunda Linha” em 24 de abril de 1828. Em 16 de julho de 1852 elevava-se a Coronel Comandante Superior dos Guardas Nacionais dos Municípios do Natal, S. Gonçalo, Extremoz e Touros. Foi reformado a 7 de setembro de 1862.

Em política, sem entusiasmo gritante, era Conservador. O visconde de Itaboraí conseguiu sua nomeação para 3º Vice-Presidente da Província, em 1º de julho de 1868.

Era então deputado provincial, no biênio de 1868-69.

De sue gosto pessoal, a casa-grande de “S. Francisco”, solar esplêndido, sóbrio e de aspecto senhorial. Na sala-de-honra estava o retrato do Barão, pintado a óleo, envergando fardão de grande-gala, enluvado, n’uma “posse” de quem está governando a Pátria.

Ao lado, imponente, a senhora baronesa.

Deixou aos filhos o amor pela terra. Todos foram senhores de engenhos. Nenhum funcionário público. Nenhum emigrou.

Alto, seco, espigado, narigudo, o Barão do Ceará-mirim era homem sisudo e de poucas-falas. Presidiu a Câmara Municipal de Extremoz em 1829-32 e 1837-40.

Quando terceiro vice-presidente, em 1868, informaram-no da possibilidade de vir assumir o governo em Natal. O coronel fechou a cara, desconfiado.

Nesse tempo havia uma epidemia de cataporas no Ceará-mirim. O correligionário, tentando aparar o golpe, sugeriu:

- É até bom que o comadre vá assumir no Natal. Ao menos lá é governo e fica livre das cataporas.

E o futuro barão resmungou, sincero:

- Prefiro as cataporas...

E não se mexeu.

Veio a morrer a 1 de março de 1881, sepultado-se no cemitério da Capela de S. Francisco, sede ilustre de sua baronia.

Filhos e filhas, casados, ricos, felizes, abençoaram sua memória. Foi uma expressão autêntica da Nobreza, nobreza não do acaso e do nascimento, mas da confiança nos valores pessoais do trabalho.

O BARÃO

Nilo Pereira

Magro, feio, longilíneo, nariz adunco de ave de rapina, Manuel Varella do Nascimento era apenas o Barão.

Já ninguém lhe sabia o nome. Era simplesmente o Barão. Centralizava todas as atividades do seu tempo e do seu meio. Era agricultor e senhor-de-engenho.

Tinha pelo Imperador uma veneração quase mística. Não porque fosse Barão e lhe devesse o título honorífico tão cobiçado por outros. Antes disso já o admirava e exaltava.

Não admitia reservas ao Imperador, que lhe parecia um ser diferente, intocável.

Estávamos em plena guerra com o Paraguai. O Brasil se sentia chamado, como em Riachuelo, ao cumprimento do dever. Barroso e Tamandaré eram símbolos vivos da Nacionalidade.

O Barão, que pertencia ao Partido Conservador, mostrava-se um patriota arrebatado.

- Não mediremos esforços nem o sacrifício da própria vida na defesa da Pátria, costumava dizer a todo momento.

Encarnava o civismo com a sua palavra veemente. A juventude se sentia bem junto àquele homem de cinqüenta anos de idade, ereto, firme, desassombrado. Ele próprio um voluntário da Pátria. Mas certo de que, incitando a mocidade ao combate, prestava o seu serviço desinteressado a Nação em perigo.

Nas solenidades, nas festas da Matriz, nas cerimônias militares sua farda reluzia como o sol da própria glória. Era de vê-lo

nesses momentos. O Coronel da Guarda Nacional, como que se escondia dele e só a ele – pensava – devia obediência. As fardas eram um esplendor, sendo que a do Barão não somente valia mais pelo título como pelo chapéu de plumas, que lhe dava um ar de guerreiro em dias de triunfo.

O Barão, está claro, não era um militar. Não pertencia a nenhuma milícia. Mas, fardado, com as suas dragonas, seu espadim, seus botões dourados, criava em torno de si mesmo a imagem de autoridade, da força, do mandonismo, do coronelismo.

Encravado no patriarcalismo rural, com o seu engenho, suas fazendas de gado, seus escravos, suas carroagens, era um grão-senhor. Não que procurasse imitar os titulares que viviam na Corte, ao redor do Imperador, formando a farândula aristocrática do mito imperial. Isso ele via de longe. Lia, às vezes, os jornais da Corte. Sabia das novidades. Via que o seu Partido estava sempre de cima. Mas preferia o sossego do seu engenho, o prestígio pessoal entre os homens bons do seu Município.

Seu cavalo bem ajaezado, com estribos de prata, lhe dava a noção do império rural que estava em suas mãos. Gostava de visitar o vale canavieiro, a cidade, os amigos e correligionários no alazão de boa raça.

- Lá vem o Barão.

Era o bastante para que todos tirassem o chapéu. Um personagem diferente, acima do comum dos mortais, se aproximava no seu cavalo ou na sua caleça de estilo, forrada de seda branca, se vinha com a senhora Baronesa, mulher também feia, mas de quem os escravos gabavam os bons tratos e os gestos de humanidade.

Os liberais seus adversários políticos o olhavam com respeito. Um deles, o bacharel, Corrêa, advogado militante, orador fogoso, dizia sempre:

— Que bom se ele pertencesse ao nosso Partido!

Não era homem de sorrisos nem de salamaleques. Sentia-se mais senhor-de-engenho do que político. Casara as filhas muito bem, uma com um médico, que viria a ser Presidente da Província, e outra com um bacharel, mais tarde Deputado provincial e Juiz de Direito. Os filhos o ajudavam nos trabalhos de engenho. Quase que perderam também o nome: eram apenas filhos do Sr. Barão.

Um deles, José Felix, fez época por sua bondade cavalheiresca. Duma feita, na bagaceira do seu engenho, dois cambiteiros pegaram uma briga de foice. Um deles, vendo-se perdido, entrou a correr e penetrou, aturdido, desvairado, na casa-grande do senhor. E, como se não bastasse, foi ter ao quarto — à camarinha, como se chamava na época — onde a esposa do senhor-de-engenho sofria as dores e riscos de uma hemorragia, após o parto.

Com o susto, a hemorragia cessou. Mas José Felix não se conformou com atitude insólita do negro ameaçado de morte. Ao que a esposa — uma santa — logo advertiu:

— Não faça nada contra ele, que me curou.

E o que se viu foi um espetáculo que, de longe, surpresos, estarrecidos, os trabalhadores do eito contemplavam: o senhor-de-engenho abraçado com o negro fujão — José do Cambão, como era conhecido — em sinal de gratidão pela cura milagrosa que havia feito.

O Barão havia deixado a tradição de um homem bom, generoso, solícito, nada orgulhoso. Por isso, aovê-lo abraçado com o preto cambiteiro, não faltou quem dissesse:

– Não nega que é filho do Barão.

E tudo era o Barão. Mesmo depois de morto, continuava governando os vivos.

Seu túmulo, na capela do engenho, era constantemente visitado. A preta velha, Maria Inácia levava vez por outra flores silvestres, que colhia amorosamente. Dizia, lamentando-se:

– Perdemos um pai.

Outra mucama afirmava que, dum feita, olhando fixamente o retrato do Barão, devidamente fardado, ao lado da Baronesa, viu-o sorrir. Ao que uma empregada mais velha, descrente do fato, resmungava:

– É mentira dessa negra besta. Se o Barão tivesse de rir, não seria para ela e sim para a Baronesa, junto dele.

Numa velha mala, de fortes aldabras, a farda do Barão jazia como um troféu. Ninguém abria a mala sagrada; guardava uma vida. Pois a farda, que o tempo respeitou, era uma existência; falava pelo Barão e senhor-de-engenho, pelo homem bom que ele foi, pela autoridade que ele representava.

Corria riscos de estragar-se, de poluir-se a farda venerada. Os descendentes do Barão doaram-na ao Instituto Histórico. Lá estava ela, bem arrumada, como se fossem os ossos do Barão. Que restava dele? Um retrato que andava agora de déu em déu. Restava, sobretudo a farda, o galardão imperial.

O Barão de certo modo representava o Imperador. Quando falava, era como se falasse D. Pedro II. Faltava-lhe a barba bragantina. Faltava-lhe o trono. Mas sobrava nele a gravidade do poder.

O interesse devotado pela Instrução Pública levou o Imperador a conceder o título de Barão ao seu vassalo. Sensível aos problemas Educação, o Imperador, mesmo de longe, acompanhava, solícito, o que aquele senhor-de-engenho fazia pela alfabetização das crianças. Nisso ele foi exemplar. Imaginava a sua cidade, o seu Município, o seu engenho com professores e professoras que se empenhassem na missão de ensinar a ler escrever e contar.

Era o seu ideal, juntamente com o programa que ele elaborou para o desenvolvimento do vale açucareiro, que se pontilhava de engenhos. Uma docura, o vale! Que beleza, aquela verdura poética, aquele estendal de canas altas, que balouçavam ao vento como hastas de uma terra bendita ou setas de uma catedral submersa!

Veio a construção da Matriz; e o Barão pôs todos os seus esforços nessa cruzada afanosa, que ele venceu com a ajuda de todos. Uma obra que consagrou a sua presença nos problemas da cidade. O vale chegava à cidade através de sua ação benfazeja e pronta.

O Imperador reconheceu tudo. Além de Barão, fê-lo o vice-Presidente da Província. Os correligionários esperavam a todo momento que o Barão, com a sua farda de gala, assumisse a Presidência. Seria um dia inesquecível. Foguetões atroariam os ares. Os sinos da Matriz teriam que bimbalhar, sonoros, incansáveis. O povo na rua para festear o novo Presidente. O comércio fechado. Flores e bandeiras na janela. Os engenhos apitando. Uma imensa festa, colorida e descompassada, a assimilar a ascensão do homem ao poder, ao governo da Província.

O Barão sorria dessas veleidades. Era do seu natural sóbrio, recolhido, tímido.

Bem que, às vezes, passava pela sua cabeça essa idéia intrigante. Tinha os seus delírios. Imaginava-se sentado na cadeira presidencial, com o bastão de comando a mão. Ao redor dele a farândula incessante dos aduladores. Mas essa visão logo se desvanecia. O Barão voltava os seus olhos para o engenho. Viver longe dali, isso nunca! Deixar aquele mundo, que nasceu nas suas mãos, mesmo que fosse por uma cadeira de Presidente, não era coisa que o abalasse. Sendo vice-Presidente, podia acontecer essa mudança. Mas só se fosse muito rápida. Que não lhe permitisse esquentar o assento.

Os liberais, que o combatiam à socapa, temiam por essa ascensão.

– Isso não vai acontecer, dizia baixinho, quase sussurrando, o bacharel Corrêa.

Já o intendente Noronha profetizava a cada momento:

– O Barão vai assumir. Não há a menor dúvida.

A cidade vivia dessa vibração. E o Barão, sisudo, meio solitário, olhava a sua paisagem verde e suave, a perder de vista.

Eis que grave crise se gera entre os Partidos. O Presidente da Província ameaça renunciar. Não pode enfrentar a confusão reinante. Há expectativas de agravamento dos fatos. Um conservador, sorridente, não hesita em declarar pelos jornais:

– É a vez do Barão.

Isso chegou aos ouvidos do nobre titular do Império. Noites de insônia, pensando nessa crise política e na anunciada renúncia do Presidente da Província. Que irá acontecer?

O Barão é sondado a respeito. Diz que não assumirá. Mas o correligionário esperto, ladino, maniqueísta, lança o argumento final, que julga decisivo:

O município está infestado pelas cataporas. Assumindo o Barão se livra delas.

E o Barão, imprevisto, esplêndido no seu desprendimento:
– Prefiro as cataporas...



O Barão do Ceará-mirim, retratado pelo pintor João Brindseil, em 1866. Acervo de Roberto Pereira Varela.



A Baronesa do Ceará-mirim, retratada pelo pintor João Brindseil, em 1866. Acervo de Roberto Pereira Varela.

CASAMENTO, FILHOS E NETOS DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

O Livro de casamentos nº 5, fls. 49, da Paróquia do Ceará-Mirim, arquivado na Cúria Metropolitana, em Natal-RN, guarda o termo matrimonial do casal Manuel Varella do Nascimento e Bernarda Dantas da Silva:

“Aos nove de outubro de mil oitocentos e trinta e nove, na Capella, em caza de Francº Teixeira de Araujo, se receberão em Matrimônio, Manoel Varella do Nascimento, filho legítimo de José Felix da Silva, e Anna Teixeira Varella, com Bernarda Dantas da Silva, filha legítima de Francº Teixeira de Araujo e Izabel Dantas Xavier, presentes as testemunhas, Felippe Varella Santiago, e Francº de Souza Xavier, do que para constar, mandei fazer o presente assento, que assigno. Candido José Coelho, Vigário Emcommendado”.

Capela é uma localidade no município de Ceará-mirim, onde posteriormente Manuel Varella do Nascimento fez construir um engenho (1). Ao que tudo indica, no ano do casamento de Manuel e Bernarda, a Capela pertencia a Francisco Teixeira de Araujo. Do matrimônio do casal Manuel Varella do Nascimento – Bernarda, nasceram os seguintes filhos: F 1- JOSÉ FELIX DA SILVEIRA VARELA – Nasceu a nove de julho de 1840 e faleceu a 25 de novembro de 1917. Tenente-coronel. Fundador do engenho Ilha Bela. Grande proprietário, agricultor e fazendeiro, era um apóstolo da beneficência. Casado com Joana Florinda de

Gouveia Varela, nascida em 27.11.1849 e falecida em 11.10.1905

N 1 – JOSÉ FELIX VARELA FILHO – Nasceu em 1869. Doente, solteiro.

N 2 – MANUEL DE GOUVEIA VARELA, “o principesco dono do solar de São Francisco, onde reviveu as festas lindas outrora”. Nasceu em 1869 e faleceu em 02.10.1923. Casado com Etelvina Paula Lopes.

N 3 – LUÍS, nasceu em 1872, casado com Elisa Augusta Bandeira. “Lucas, como era conhecido, celebre pelo seu bom coração e inimitável caridade”.

N 4 – ALFREDO, solteiro, funcionário da Intendência do Rio de Janeiro.

N 5 – TOBIAS DE GOUVEIA VERELA, casado com Elisa de Paiva Varela.

N 6 – JOÃO DE GOUVEIA VARELA, nasc. Em 16.06.1876, cadete de Escola Militar, do Rio. Voluntário na Guerra de Canudos, faleceu em 02.07.1897, no combate do “Alto da Favela”.

N 7 – ADOLFO DE GOUVEIA VARELA, nasc. em 1879. Casado, 1^a vez, com Maria Adália Varela; 2^a vez, com Alzira da Câmara Varela. Adolfo faleceu em 1947.

N 8 – OCTÁVIO DE GOUVEIA VARELA, médico (27.01.1880 – 14.11.1968). Casado com Evangelina Carrilho (30.08.1988 – 18.04.1983).

N 9 – MARIA ESTER, nasc. em 1883, solteira, doente.

N 10 – JÚLIO DE GOUVEIA VARELA, nasc. em 1886. Casado, 1^a vez, com Marília Pio Machado; 2^a vez, com Teresa Monteiro, filha de Felipe Cândido Monteiro.

F 2 – MANOEL VARELA FILHO, falec. em 1868, numa praia do Rio Grande do Norte, quando quintanista de direito. “Um dos elegantes de sua época”. Solteiro.

F 3 – ANA TEIXEIRA DA SILVA VARELA, nasc. em 07.01.1846, falecida em 02.07.1934. Casada com o Dr. José Inácio Fernandes Barros.

N 11 – HELIODORO FERNANDES BARROS, casado com Amélia Dulce de Castro. Ele nasc. em 03.05.1873 e falec. em 14.04.1922.

N 12 – ADELAIDE FERNANDES BARROS, nasceu em 07.12.1875. Solteira.

F 4 – ALEXANDRE VARELA DO NASCIMENTO, nasc. em 11.07.1847, casado com Maria Emilia de Araújo Cunha. Sem filhos. “Era uma das nobres expressões da filantropia e da generosidade, ali veneradas”.

F 5 - ISABEL DUARTE XAVIER VARELA – nasc. em 07.07.1849. Casada com o Dr. Vicente Inácio Pereira. Ela faleceu em 05.06.1931.

N 13 – VICENTE RIQUETE PEREIRA, casado em 03.08.1918, com Augusta Vaz. Era um afamado charadista.

N 14 – FAUSTO VARELA PEREIRA, casado com Beatriz Barroca. Ele falecido em Natal, a 30.12.1934.

N 15 – OLÍMPIO VARELA PEREIRA, casado com Maria Madalena Antunes Pereira.

N 16 – ISABEL PEREIRA DA CUNHA, casada com o Dr. Antônio G. A. Cunha.

F 6 – CARLOS VARELA DO NASCIMENTO, solteiro, doente, nasc. em 04.11.1852. Conhecido como Carrinho...

BATIZADOS DE ALGUNS FILHOS DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

ANA – Batizou-se aos 22 de março de 1846. Padrinhos: José Quintiliano da Silva e Ana Teresa de Jesus. Celebrante: Pe. Cândido José Coelho – Vigário Colado.

ALEXANDRE – Nasceu aos 11 de julho de 1847 e batizou-se aos 17 de julho de 1847. Padrinhos: O Capitão José Félix da Rocha Falcão (por procuração, o Capitão Filipe Varela Santiago) e Margarida Inácia do Amor Divino. Celebrante: Pe. Cândido José Coelho – Vigário Colado.

ISABEL – Nasceu aos 7 de julho de 1849. Batizada aos 22.07.1849, pelo Pe. Cândido José Coelho – Vigário Colado. Padrinhos: Luís Varela da Silva e Margarida Roiz Teixeira.

CARLOS – Nascido aos 04 de novembro de 1852. Batizado aos 5 de novembro de 1852, pelo Pe. João Damasceno Xavier Dantas. Padrinhos: José Lucas Pereira e Joaquim Varela do Rego Barros. Assina o Pe. Cândido José Coelho – Vigário Colado.

(pesquisa realizada pelo Sr. Inácio Magalhães de Sena).

Dona BERNARDA, esposa do Barão, aparece sob dois nomes, nas informações estudadas: Bernarda Dantas da Silva e Bernarda Varela Dantas; DONA ANA, filha do Barão: Ana Teixeira da Silva Varela, Ana Varela Barros e Ana Barros; ISABEL, também filha do Barão: Isabel Duarte Xavier Varela e Isabel Pereira.

VIDA PÚBLICA DE MANUEL VARELA DO NASCIMENTO

Foi nomeado Alferes da 2^a linha em 24.04.1824, tendo sido a sua patente assinada pelo Imperador Pedro I, o conde de Sousel e o Ministro José de Oliveira Barbosa (1).

Aos 27 de junho de 1829 foi instalada a Câmara Municipal de Estremoz, sob a presidência do jovem Manuel Varela do Nascimento, cujo mandato aspirou em 1832. No período de 1837 a 1840, novamente Varela presidiu aquela Câmara (2).

Por decreto de 16.07.1852, assinado pelo Imperador e José Ildefonso de Souza Ramos, foi nomeado Comandante-Superior das Guardas Nacionais dos Municípios da Capital, São Gonçalo, Estremoz e Touros (1).

Reformado no posto de Comandante-Superior, por decreto de 07.11.1862, assinado pelo Imperador e João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1).

Terceiro Vice-presidente da Província do Rio Grande do Norte por decreto de 01.07.1868, assinado pelo Imperador e José Joaquim Fernandes Torres (1).

Exonerado da terceira vice-presidência a 15.01.1869, por decreto assinado pelo Imperador e Paulino José Soares de Souza (1).

Deputado provincial, biênio 1868-1869.

CARTA-DIPLOMA DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

“Dom Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber aos que esta Minha Carta virem que, Atendendo aos relevantes serviços prestados a instrução pública na província do Rio Grande do Norte pelo Coronel Manuel Varela do Nascimento, e Querendo distingui-lo e Honrá-lo; Hei por bem Fazer-lhe Mercê do Título de BARÃO DO CEARÁ-MIRIM, e que com o referido Título goze de todas as honras, privilégios, isenções, liberdades e franquezas, que hão e têm de que usam e sempre usaram os Barões e que de direito lhe pertencem. E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei Dar esta carta por Mim assinada, a qual será selada com o Selo Grande das Armas Imperiais.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em oito de julho de mil oitocentos e setenta e quatro, quinquagésimo da Independência e do Império.

IMPERADOR
João Alfredo Corrêa de Oliveira

Carta pela qual Vossa Majestade Imperial há por bem Fazer Mercê ao Coronel Manuel Varela do Nascimento do Título de Barão do Ceará-mirim, como acima se declara.

Para Vossa Majestade Imperial ver.

(*No verso*). Por decreto de 22 de junho de 1874. Cumprase e registre-se. Palácio da Presidência do Rio Grande do Norte 8

de agosto de 1874. Bandeira de Melo Filho. Pagou cem mil réis de emolumentos. 100\$000. Alfândega do Rio Grande do Norte 8 de agosto de 1874. Assinatura ilegível.

(À direita). Registrada no livro competente. 2^a Seção na Secretaria de Estado dos Negócios Do Império em 10 de julho de 1874. Assina fulano de tal Souto. Registrada. Primeira seção da Secretaria da Presidência do Rio Grande do Norte, 8 de agosto de 1874. O Chefe da Seção – Francisco Gomes da Rocha Fagundes.

(No fim da página, com a mesma letra do Decreto assina o calígrafo): Antônio de Sales Belfort Vieira a fez.

Linda letra a do Sr. Belfort...

PATRIOTISMO, GENEROSIDADE E RELIGIOSIDADE DO BARÃO

Ocorrendo o início do recrutamento para a Guerra do Paraguai, “No mesmo dia 19 de fevereiro de 1865, houve uma reunião cívica no Ceará-mirim, promovida pelo Dr. Loló (Jerônimo Cabral Raposo Câmara), coronel Manoel Varela do Nascimento, futuro barão do Ceará-mirim, e major Miguel Ribeiro Dantas Júnior. O coronel declarou publicamente que perdoaria as dívidas de seus rendeiros que se alistassem ali mesmo. Dezoito deram um passo a frente: No dia seguinte, foram estes homenageados com um banquete”. “Tudo isso ao som de uma banda de música” (1).

O Dr. João Capistrano de Melo Filho, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, abriu a 1^a sessão da 20^a Legislatura da Assembléia Legislativa, com sua fala pronunciada no dia 13 de julho de 1874. O Presidente informou, na oportunidade, a ocorrência de um ato de generosidade praticado pelo coronel Manuel Varela do Nascimento:

“Finalmente, com muito prazer registro o donativo de 5:000\$000 feito pelo abastado agricultor, coronel Manuel Varela do Nascimento, para ser aplicado a um edifício para a escola na vila do Ceará-mirim. Para levar a efeito a obra nomeei uma comissão composta do Dr. Juiz Municipal daquele termo, José Inácio Fernandes Barros, do presidente da câmara municipal e do delegado de polícia, o capitão Antônio Benevides Seabra de

Melo. O primeiro querendo dar um testemunho do seu interesse pela instrução pública, comprometeu-se a dotar o futuro edifício com os móveis e utensílios necessários, que mandará vir dos Estados Unidos da América do Norte” (2).

O prédio, chamado Casa de Instrução, corresponderia depois ao Grupo Escolar Barão do Ceará-mirim, hoje demolido (3).

No ano de 1878, no lugar Veríssimo, propriedade do Barão do Ceará-mirim, funcionou um colégio, o São Miguel, em prédio construído para tal fim, fundado e dirigido pelo francês Louis Carloman Capdeville (3). No mesmo local, o Dr. Francisco de Sales Meira e Sá manteve e dirigiu, de 1884 a 1888, o Colégio São Francisco de Sales. O prédio foi demolido (4).

No dia 1º de março de 1888, quando era comemorado o 7º aniversário de falecimento do Barão,

“... a Exma. Sra. Baronesa do Ceará-mirim e seu digno filho, o Sr. Alexandre Varela do Nascimento, associando o sentimento do bem a dor e a saudade que se apoderaram de seus bondosos corações por ocasião do sétimo aniversário do falecimento do seu sempre lembrado esposo e pai, o Barão do Ceará-mirim, concederam carta de liberdade aos últimos 18 escravizados, que ainda existiam em sua companhia, de nomes – Emídio, Gregório, Mateus, Tomé, Luís, Norberto, João Piolho, Belchior, Tiago, Januária, Maria, Jacinto, Teotônio, Ildefonso, Manuel de Moura, Quitéria, Luíza e Joana” (5).

O Barão construiu a capela do seu Engenho São Francisco, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, para a qual doou patrimônio representado por uma casa em Ceará-mirim (6).

Em 1851, o Cel. MANUEL VARELA DO NASCIMENTO doou um terreno, em Ceará-mirim, com edificações particulares, para patrimônio da Matriz local (7).

(¹) CÂMARA, Adauto da. Diversos e Dispersos, p. 180.

(2) FALA COM QUE O EXMº SR. DR. JOÃO CAPISTRANO BANDEIRA DE MELO, & p. 31.

(3) LIMA, Nestor. Ceará - Mirim, o Município, p. 144.

(4) _____. Obra Citada, pp. 144-145.

(5) PEREIRA, Nilo. Imagens do Ceará - Mirim, p.117.

(6) LIMA, Nestor. Obra Citada, p. 150.

(7) _____. Obra Citada, p. 149.

TRAJETÓRIA ECONÔMICA DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

Segundo CÂMARA CASCUDO, Manuel Varela principiou a sua vida econômica na qualidade de pequeno plantador de cana, em um engenho movido por bestas. “Ceará-mirim região de bangüês, possuía os cilindros das moendas ainda verticais, para o tratamento da cana. Varela foi um dos primeiros a introduzir o cilindro horizontal, e divulgar a cana de cayenne, que chamamos cana caiana. Andou comprando essa aparelhagem no Recife” (1).

Ao que tudo indica, o bangüê seria no Veríssimo, vizinho às várzeas pertencentes ao futuro engenho São Francisco, cujas terras depois seriam do Barão. Dona Maria Madalena Antunes Pereira, casada com um neto do Barão, descreve a compra das terras feita pelo mesmo e onde o filho José Felix levantaria o Engenho Ilha Bela:

“... for a vendida por 16:000\$000. Era uma posse de uns caboclos que moravam no alto. O chefe chamava-se Saquete e tinha um irmão, o Zé da Costa, que residia na Lagoa Grande. Quando o Barão do Ceará-mirim soube que os caboclos queriam vender a “Ilha dos Cavalos”, apresentou-se como comprador. Pediram-lhe 16 contos de réis. Ele não regateou o preço. Comprou-a e pôs o nome de Ilha Bela. Só existia naquele tempo a coroa onde os caboclos tinham suas casas e plantavam em volta milho e feijão. O alagadiço era mata fechada onde viviam os macacos e serpentes.

Os caboclos ao venderem a propriedade, terminaram na miséria e alguns pedindo esmolas. Quando se referiam ao errado passo que deram, diziam: “Fomos mesmo uns cavalos...” (2).

O Engenho Ilha Bela foi fundado pelo Ten. Cel. José Felix da Silveira Varela. O Guaporé, pelo genro do Barão, o Dr. Vicente Inácio Pereira. Ao tempo do seu fundador, era uma propriedade modelo. O Barão fundou o Engenho São Francisco, que depois seria modificado pelo filho Alexandre Varela (Xandu) e pelo neto Dr. Manuel de Gouveia Varela. O Barão também foi fundador do Engenho Capela (3). Atualmente, Ilha Bela e São Francisco são usinas, no município de Ceará-mirim.

Pretendíamos proceder, neste capítulo, a transcrição do inventário dos bens deixados pelo Barão do Ceará-mirim, tramitado na Comarca local no ano de 1881. Infelizmente, no Primeiro Cartório do Ceará-mirim nada foi encontrado, apesar das buscas procedidas.

Em 1987, o genealogista Carlos Alberto Dantas Moura, autor do livro “Família Ribeiro Dantas de São José de Mipibu”, descreve a sua frustração por não ter localizado determinados inventários, que deveriam se encontrar naquele cartório:

“A última esperança será a pesquisa dos inventários do primeiro cartório. Mas o material está parcialmente destruído por cupins e pela chuva e amontoado em um quarto sem luz e com telhas quebradas. Sua destruição completa é apenas uma questão de anos...”

No acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, deparamo-nos com um documento inti-

tulado “Colação e Legítima do Dr. Vicente Inácio Pereira”, datado de 15 de junho de 1881, transscrito do inventário do Barão do Ceará-mirim. Através do documento, podemos avaliar que o Monte-Líquido do inventário alcançou o valor de 717:748\$370 (setecentos e dezessete contos, setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e setenta réis).

Tocou ao Dr. Vicente Inácio Pereira a décima parte daquele Monte-Líquido do inventário, no qual constaram: dinheiro, escravos, fazendas de criação de gado vacum e cavalar, casas, engenhos, locomóvel e maquinismo a vapor dos engenhos, sítios e dívidas ativas. No título de fazendas aparecem: Santa Luzia de Baixo, Feijão, Itapassaroca, Cardoso, Serra Aguda, Santa Luzia. Sítios: Pedra Redonda, Águas Novas, Buenos Ayres (no Jorge), Gengibre, Belém. Casas: em Macaíba, no Ceará-mirim, na vila de Estremoz. Engenhos: Ilha Bela e São Francisco.

O Dr. Vicente Inácio Pereira herdou 350 bovinos e 25 cavalares.

A época do inventário (1881), uma vaca ou um boi de lote eram avaliados em 50\$000 (cinquenta mil réis). Por conseguinte, o Monte-Líquido do inventário do Barão equivaleu ao valor representado por 14.355 vacas ou bois de lote.

(1) CÂMARA CASCUDO, Luís da. O Barão do Ceará-mirim, em A REPÚBLICA, edição de 13.11.1939.

(2) ANTUNES PEREIRA, Maria Madalena. Oiteiro – Memórias de uma Sinhá Moça, p. 188.

(3) LIMA. Nestor. Ceará-mirim, o Município, pp. 155 e 157.

INVENTÁRIO E PARTILHAS DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

Colação e Legítima do Dr. Vicente Inácio Pereira
Ceará-mirim 15 de junho de 1881

COLAÇÃO

Dr. Vicente Inácio Pereira – Inventário do Barão do Ceará-mirim declarou ter recebido os seguintes bens doados por ambos os cônjuges a saber:

Em dinheiro a quantia de.....	12:771\$000
A fazenda de gados denominada Santa Luzia de Baixo por.....	5:000\$000
Três escravos por.....	3:000\$000
Em um locomóvel, a quantia de.....	2:035\$000
Importe de um maquinismo a vapor para o seu enge- nho.....	9:394\$000
Metade da propriedade Ilha Bela, que depois permutou pelo sítio Bonito, hoje Guaporé, no valor de.....	20:000\$000
	<u>52:200\$000</u>
Confere metade dos valores recebidos na importância de.....	26:100\$000
	Legítima: 71:174\$837

Haverá em dinheiro a quantia de	11:293\$000
Meio dote conferido	26:100\$000

ESCRAVOS

Isabel, sob o nº 156	700\$000
Gabriel, sob o nº 153	<u>800\$000</u>
	Transporte....
Gabriel, sob o nº 123.....	38:893\$000
	400\$000

NA FAZENDA FEIJÃO

37 vacas	1:850\$000
22 bezerros	220\$000
1 novilho	60\$000
10 novilhos	300\$000
13 novilhas	390\$000
18 garrotas	360\$000
11 garrotas	220\$000
5 bois de lote	250\$000
2 bois mansos	140\$000
4 cavalos para fábrica	240\$000

NA FAZENDA ITAPASSAROCA

52 vacas por	2:600\$000
6 bezerros	60\$000
1 novilho	60\$000
7 novilhas	350\$000
15 novilhos	450\$000
	Transporte....
13 novilhos	46:843\$000
4 garrotes	390\$000
11 garrotas	220\$000
	220\$000

5 bois de lote	250\$000
1 cavalo para fábrica	60\$000

NA FAZENDA CARDOSO

20 vacas	1:000\$000
5 bois de lote	250\$000

NA FAZENDA SERRA AGUDA

20 vacas	1:000\$000
19 novilhos	570\$000
10 novilhos	300\$000
31 garrotes	620\$000
6 garrotas	120\$000
12 bois de lote	600\$000

NA FAZENDA SANTA LUZIA

1 garrota	20\$000
1 cavalo para lote	60\$000
6 éguas	240\$000
Transporte....	57:763\$000
2 poldros por	80\$000
2 poldras por	80\$000
2 poldretas	60\$000
2 poldretas	60\$000
4 poldrinhos	80\$000

NO ENGENHO SÃO FRANCISCO

5 cavalos para carga	300\$000
----------------------------	----------

IMÓVEIS

Metade da terra e benfeitorias da fazenda da Itapassaroca.....	150\$000
As terras e benfeitorias do Feijão	600\$000
As terras e benfeitorias de Águas Novas	10\$000
Na Pedra Redonda	25\$000
O sítio Buenos Ayres no Jorge	50\$000
No sítio do Gengibre e casa de Belém	100\$000
A casa que foi de Tavares, na Macaíba	2:500\$000
Uma casa térrea com 1 porta e 2 janelas na rua principal da v ^a . do Ceará-mirim	<u>600\$000</u>
Transporte	<u>57:458\$000</u>
Na casa da povoação de Estremoz	10\$000
A décima parte de cada uma das dívidas descritas.	13:706\$000
Inteirado	71:774\$837

Conforme o original
Vicente Inácio Pereira

CASA-GRANDE DO ENGENHO SÃO FRANCISCO

A arquiteta JEANNE FONSECA LEITE NESI, também se ocupou em descrever o solar do Barão Ceará-mirim no seu engenho São Francisco, cuja conclusão ocorreu em 1857.

“Desenvolvida em dois pavimentos, a casa apresenta partido de planta quadrangular, com cobertura de quatro águas, beiral corrido com extremidades em “cauda de andorinha”, arrematado por cimalha. A fachada principal da casa possui uma porta de acesso, ladeada por seis janelas, superpostas por sete janelas rasgadas, guarnecidas por uma única grade de ferro. Todos os vãos são de arcos abatidos, com cercaduras de massa.

O prédio sofreu algumas alterações. Assim, as suas paredes externas perderam o belo revestimento de cerâmica do Porto, da época de sua construção. O seu interior, onde funciona atualmente a Administração da Usina São Francisco, sofreu pequenas modificações para adaptá-lo ao novo uso. A casa possui piso cimentado no térreo, ainda conservando o assoalho de tabuado corrido, no pavimento superior. Mantém o forro de tabuado, no térreo, e no pavimento superior foi colocado gesso.

Antigamente, na sala de honra da casa-grande encontravam-se os retratos do barão e da baronesa. O tradicional edifício foi despojado de seus antigos móveis. O portão nobre, de ferro, fundido em Portugal, foi transferido para uma construção ao lado da casa-grande. Nas proximidades daquela residência existe um pequeno cemitério e uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da

Conceição, onde se encontram duas imagens antigas e um crucifixo de marfim.

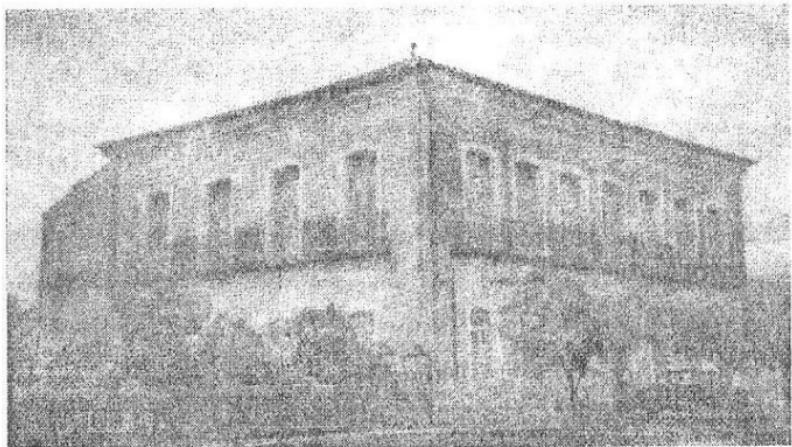
O barão faleceu a 1º de março de 1881 e a baronesa aos 16 de julho de 1890, conforme indicações constantes das lousas mortuárias existentes naquele pequeno cemitério, onde também acham-se sepultados outros familiares”(1).

O historiador FERREIRA NOBRE nos dá notícia de duas carruagens, nos domínios do Barão do Ceará-mirim:

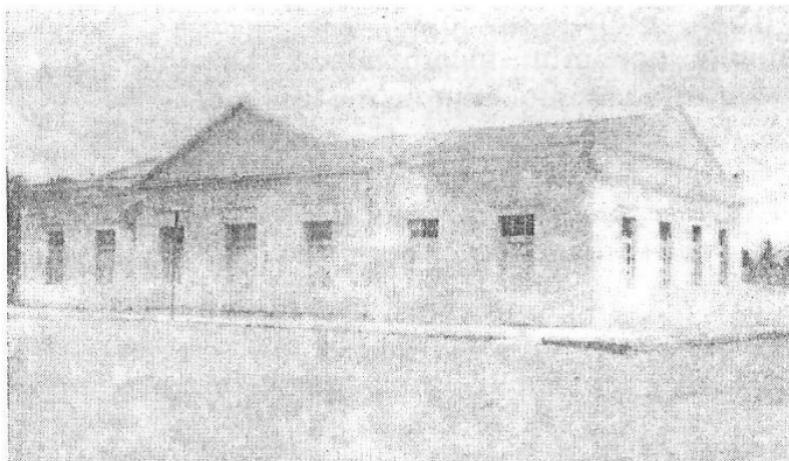
“CARRUAGENS – Existem duas, sendo uma do Barão Ceará-mirim e outra de Alexandre Varela do Nascimento. Muito asseadas, boas parelhas e criados decentemente vestidos (2).

(1) LEITE NESI. Jeanne Fonseca. A Casa Grande do barão do Ceará – Mirim. O POTI, de 04.08.1991.

(2) FERREIRA NOBRE, Manoel – Breve Noticia sobre a Província do Rio Grande do Norte, p. 193.



Casa-grande antigo Engenho S. Francisco, construído pelo Barão do Ceará-Mirim no ano de 1857.



Casa de Instrução, construção pelo Barão do Ceará-Mirim. Depois, receberia a denominação de Grupo Escolar barão do Ceará-Mirim e, finalmente, de Felipe Camarão. Demolido, depois de 1925, ano da fotografia.

O ÓBITO DO BARÃO DO CEARÁ-MIRIM

Em livro de assentamentos de óbitos da Freguesia do Ceará-mirim, guardado no arquivo da Cúria Metropolitana, em Natal-RN, consta o termo de falecimento do Barão do Ceará-mirim:

“No primeiro de Março de mil oitocentos e oitenta e um faleceu o Barão Manuel Varela do Nascimento, com setenta e nove anos de idade casado com a Baronesa, Dona Bernarda Varela Dantas moradores no Engenho São Francisco, sepultou-se no cemitério particular da capela do mesmo Engenho São Francisco, envolto em hábito militar e foi solenemente por mim encomendado. Do que para constar mandei fazer este assento, em que me assigno.

O Vigario José A. Gomes de Mello”.

Houve um equívoco no lançamento acima. O Barão, ao falecer contava, na realidade 78 anos de vida...

O jornal “Brado Conservador”, publicado na Cidade do Assu-RN, de 23 de março de 1881, publicou o seguinte NECROLÓGIO:

“BARÃO DO CEARÁ-MIRIM – FALECIMENTO

No dia 1º do mês corrente faleceu em seu Engenho São Francisco, vítima de acesso de febre cerebral, o Exmº. Sr. Barão do Ceará-mirim (Manuel Varela do Nascimento).

À sua ilustre família apresentamos nossas condolências”.

O NECROLÓGIO DA BARONESA DO CEARÁ-MIRIM

“No dia 16 do mês corrente faleceu, em seu Engenho São Francisco, após longos e dolorosos sofrimentos a Exma. Baronesa do Ceará-mirim. A finada era um modelo de virtudes domésticas, exemplarmente caritativa e bondosa.

Despreocupada da grande fortuna que possuía, granjeada pela atividade incansável do barão, há anos falecido, levava uma vida tranqüila e simples, rodeada do amor reverente de seus filhos, e as bênçãos dos desvalidos, que sempre encontraram na ilustre senhora o gasalhado e arrimo das almas benfazejas.

A singeleza do seu trato, a benéfica influência com que ela sabia manter entre os seus descendentes a mais estrita solidariedade e harmonia, faziam da baronesa do Ceará-mirim um tipo acabado da perfeita mãe de família.

A sua morte, que sinceramente lamentamos, porque de perto conhecíamos os méritos da venerada matrona, deixa inconsoláveis os seus filhos e netos, e abre um claro difícilmente preenchível na sociedade do Ceará-mirim.

Não lhe faltaram, enquanto lutou com a morte, nem os recursos assíduos da ciência, nem os extremos e incansáveis carinhos da família; mas a moléstia, que tinha de corta-lhe o fio da existência preciosa, de tudo zombou, alcançando enfim sobre a vítima a sua triste e dolorosa vitória.

A baronesa do Ceará-mirim deixou cinco filhos: os honrados cavalheiros e nossos bons amigos José Felix Varela e Alexandre Varela do Nascimento; o cidadão Carlos Varela; a Exma.

Sra. Dona Ana Barros, esposa do nosso amigo Dr. Fernandes Barros; e a Exma. Sra. Dona Isabel Pereira, um modelo de modéstia e bondade, herdeira e continuadora das grandes virtudes de sua mãe. A todos os nossos sinceros pêsames”.

NECROLÓGIO DE DONA JONA FLORINDA DE GOUVEIA VARELA

“REGISTRO DOS MORTOS – A 1 hora da madrugada do dia 11 do mês corrente, faleceu no engenho Mucuripe, do município do Ceará-mirim a respeitável senhora, Exma. D. Joana Florinda de Gouveia Varela, distinta consorte do coronel José Felix da Silva Varela, senhor daquele engenho e do da Ilha Bela.

A ilustre finada era filha do finado português Francisco de Gouveia e de sua mulher D. Teresa Duarte de Gouveia, e nascera na cidade do Ceará-mirim, residência de seus pais, no dia 27 de novembro de 1845, tendo casado a 19 de janeiro de 1867. De seu consórcio teve 15 filhos, sendo 11 homens e quatro do sexo feminino e dos quais vivem 9, 8 do sexo forte.

O seu cadáver, por pedido seu antes de falecer, foi encor-mendado na Matriz da cidade do Ceará-mirim sendo sepultado na Capela da Família do Engenho São Francisco. Foi enorme o préstimo que o acompanhou a última morada.

Desde moça Dona Joana Varela revelou os mais acentua-dos dotes de uma alma nobre e generosa; casando-se com seu primo coronel José Felix, gozou da mais extrema felicidade, mesmo porque nunca lhe faltou ensejo para a prática do bem, para amparo da pobreza, que a procurava, porque sabia da eleva-ção de sua alma.

Foi aventura de seu lar, que hoje coberto de luto e em co-pioso pranto, fica sob o peso da mais dolorosa contingência.

A seu digno esposo, a seus filhos, especialmente ao Dr. Otávio Varela e Alfredo Varela, presente no Rio de Janeiro, bem

como a todos de sua numerosa família, enviamos os nossos sinceros votos de pêsames, por tão cruel golpe que os feriu”.

DIÁRIO DE NATAL, edição de 15 de outubro de 1905 – Necrológio de D. Joana Florinda de Gouveia Varela.

NECROLÓGIO DE JOSÉ FELIX DA SILVEIRA VARELA

“Tivemos hoje a dolorosa notícia de haver falecido ontem, no Ceará-mirim, onde residia, o venerando ancião e abastado agricultor, coronel José Felix Varela, que deixa naquela terra, pela fidalguia do seu trato e a inteireza do seu caráter, uma tradição honrosa que jamais se apagará.

O coronel José Felix era o lídimo representante dessa aristocracia rural, que enobreceu o solo, fomentando a agricultura e aumentando a riqueza nacional.

Sua propriedade “Ilha Bela”, um centro de grande produção de cana de açúcar e também uma casa onde se sabia praticar a hospitalidade, com a rara distinção que lhe sabia imprimir aquele prestimoso cidadão, que soubera constituir-se uma figura de destaque no meio social daquele município.

Lamentando o desaparecimento de uma vida tão preciosa, apresentamos a todos os membros de sua distintíssima, especialmente a seus dignos filhos, Drs. Manuel Varela e Otávio Varela, presidente da Intendência do Ceará-mirim e médico do Hospital de Caridade.”

JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS

Raimundo Nonato

JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS – Da província do Rio Grande do Norte. Nasceu na vila de São Gonçalo, a 25 de abril de 1844 e faleceu em Ceará-mirim, no dia 17 de outubro de 1907.

Colou grau em Recife, com os bacharéis de 1868.

No Rio Grande do Norte, ocupou diversos cargos públicos, sendo Juiz Municipal de Natal e Juiz de Direito em Jardim do Seridó, no ano de 1877, o da grande seca.

Promoveu a instalação, ainda nesse ano, da nova Comarca do Ceará-mirim, criada por Lei Provincial nº 733, de 12-8-75.

Viajou, depois, para Sergipe, onde desempenhou as funções de Juiz de Direito de Maroim. Foi, ali, chefe de polícia no ano de 1885.

Regressando à sua terra, voltou à sua antiga Comarca Ceará-mirim, onde se aposentou, no ano de 1890.

Esteve no exercício do Governo, onde demorou pouco tempo.

JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS

Luís da Câmara Cascudo

JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS – Nasceu na vila de São Gonçalo, Rio Grande do Norte, a 25 de abril de 1844. Bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife na turma de 1868. Juiz Municipal em Natal. Juiz de Direito em Jardim do Seridó, de 1875 a 1877. Instalou a Comarca do Ceará-mirim, criada pela Lei Provincial nº 733, de 12 de agosto de 1875, nomeado a 14 de fevereiro e empossado em 18 de agosto de 1877. Em 1884 foi removido para a Comarca de Maroim, Sergipe, sendo Chefe de Polícia nessa Província em 1885. Voltou à Comarca do Ceará-mirim a 20 de março de 1888, aposentando-se em 1890.

Temperamento aristocrático, espírito culto, inteligente, maneiroso, viajado, cercando-se de conforto, sabendo escrever, falar e decidir, foi uma bela expressão pessoal, anulada pela surdez ambiente. Sua ação política foi accidental. Era demasiado fidalgo para catequese e o contato com as massas eleitorais. Vice-Presidente em exercício, a primeira imposição suspeita que ouviu de seus correligionários, renunciou o cargo e voltou aos seus livros, ao encanto de suas *toilets* cuidadas e finas.

Faleceu em Ceará-mirim a 17 de outubro de 1907.

JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS

Luís da Câmara Cascudo

Nasceu em São Gonçalo, a 25 de abril de 1844. Bacharel em 1868. Morreu com 63 anos, no Ceará-mirim, a 17 de outubro de 1907 na casa sobradada, senhorial e bonita, olhando o verde vale, ondulante de canaviais. Figura rara de elegância física, a-prumo protocolar, graça fidalga, apuro indumentário. Os hábitos eram de descanso, de intimidade niveladora, de pilharia com sal grosso, de roupas sumárias, à vontade, à custa do clima, dos costumes, da preguiça. Fernandes Barros foi uma exceção. Ninguém o viu em mangas de camisa, de chinelos, com o chambre ritualista que dava toda importância social. Às oito horas da manhã em Natal, Ceará-mirim, Aracaju ou Rio de Janeiro, estava barbeado, esticado, unhas brunidas, perfumado, com uma toilette de receber um Cardeal ou visitar o Imperador. Esse cuidado no vestuário acompanhava todos os seus gestos. Seu papel de carta é uma delícia visual, marfinado, liso, com monograma em relevo azul. A tinta é negra escura, própria, indelével. O envelope forrado de seda. Tudo quanto lhe saiu das mãos era assim.

Juiz Municipal em Natal, Chefe de Polícia em 1874, Juiz de Direito em Jardim do Seridó, de 75 a 77, instalou a Comarca do Ceará-mirim, de agosto de 1877 a 1884, quando foi removido para Maruim, em Sergipe. Chefe de Polícia em Sergipe em 1885.

Voltou ao Ceará-mirim, reassumindo o Juizado em março de 1888. Aposentou-se em 1890.

Seu casamento, com Dona Ana Teixeira da Silva Varela, a 8 de abril de 1872, foi a mais linda festa social da época. O sogro, Manuel Varela do Nascimento, depois do Barão do Ceará-mirim, doou um prédio de cinco contos para casa de ensino. Fernandes Barros era Juiz Municipal do termo. Ofereceu o mobiliário escolar. Mandou-o vir dos Estados Unidos. Era o mais cômodo, moderno e perfeito de todo o norte do Brasil. Nos Estados Unidos comprara o melhor. Rocha Pombo, registrando o feito, escreveu: “E efetivamente o fez, tendo até o capricho de fazer vir dos Estados Unidos todo o material de instalação, o que havia de mais perfeito lá no país clássico do ensino público”.

Era, instintivamente, aristocrático. Suas saudações pareciam copiadas do Duque de Morny. Um encanto seus trajes escuros, feitos em Londres, o sapato inglês, o colarinho resplandecente, a gravata negra, duma seda espessa e macia, os plastronos ornamentais, avivados pela brancura da pérola oriental. No meio dos homens vestidos pelos alfaiates da terra, pelos curiosos do interior ou pelos artistas de Recife, era um crisântemo numa moita de manjericão.

Ninguém mais acessível, acolhedor e simples que esse beau Brummel desgarrado no simplório Rio Grande do Norte. Culto e vivamente curioso, lia as novidades, conversando com graça e fazendo rir sem estrépido. Para ele, com viagens dificeis, iam jornais e revistas de longe. Fernandes Barros, até prova em contrário, o único ser humano que fazia, em toda vastidão da Província e depois Estado, toilette para jantar. Jantava de escuro, medido, meticuloso, manejando os talheres diversos, bebendo

em vários copos de cristal. Servido em sua baixela de porcelana de Limoges e prataria do Porto.

A barba, longa e fina, era tratada como a de um grão-duque. Suas viagens longínquas traziam sempre surpresas. E pensar que Fernandes Barros foi político, elemento do Partido Conservador, vice-presidente do Estado, administrando o Rio Grande do Norte por vinte e três dias, no período mais convulso, mais aceso, mais tremendo da política local. A primeira imposição dos amigos, ignorantes de sua sensibilidade, renunciou o cargo. Quando Pedro Velho desmoronou o castelo da oposição cimentada no Marechal Deodoro, já Fernandes Barros, alheio, superior, cortez como um Rohan, estava a mil léguas das campanhas do formigueiro. Ninguém o incomodou. Viveu como sonhara, com distinção e nobreza.

Passava o verão junto às águas idílicas da nascente do rio Maxaranguape, fonte redonda como uma taça de Murano, rodeada pelos flabelos dos altos pau-ferros. O nome era Pau Ferro, vinha da data do Pau Ferro, secularmente. Fernandes Barros mudou-o para Pureza, apelido perfumado e claro, tão justo, tão lógico, tão oportuno, que toda a gente o apoiou. A seu pedido, Amintas Barros, pelo decreto 110, de 23 de maio de 1891, criava um distrito de paz na povoação de Pureza. Morreu, com uma moléstia atroz. Nunca o sofrimento horrendo venceu sua elegância. Nenhuma concessão ao tumulto dos gemidos e dos gestos. Teve, como os Romanos, o pudor na morte e a distinção na agonia.

O SOLAR DO CASAL JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS

O escritor LUÍS CARLOS LINS WANDERLEY descreveu a entrada triunfal do Bispo de Pernambuco, Dom José Pereira da Silva Barros, em Ceará-mirim. Ali, o príncipe da Igreja ficou hospedado no solar do Dr. José Inácio Fernandes Barros. Lins Wanderley deixou um retrato escrito do palacete, no mês de agosto de 1882:

“O palacete do Sr. Dr. Barros é de arquitetura e gosto toscano. Fachada ampla, relevos delicados, janelas pequenas, entaladas em quadrados, claros cor de rosa, limitados por cimalha cor de pérola, ao lado um jardim gradeado com portão de ferro no centro; eis aqui o exterior do palacete. O mais veremos depois. Compartimentos com decorações de luxo e confortáveis; eis o todo”.

Em seguida, aquele escritor descreve os aposentos destinados a Dom José:

“(...) nos quais nada faltava ao príncipe mais aristocrático e mais exigente que ali pernoitasse”.

À noite foi servido um jantar, para 24 talheres:

“O que o luxo e o bom gosto podia reunir em um banquete no Ceará-mirim estava ali patente em uma mesa de 24 talheres. Era um banquete principesco. S. Exc. Nada teve que admirar, de

certo, mas teve que apreciar o asseio, o serviço, a ordem, a profusão, o preparo, as louçainhas; porque tudo era de modo a satisfazer o conviva mais fidalgo, de paladar mais bizarro, de apetite mais delicado”.

O palacete do Dr. Barros contava com um chuveiro. Dom José recebeu banhos de “chuva artificial, que ali fora encontrar a satisfazer na banheira do Sr. Dr. Barros”.

Atualmente, o antigo solar do Dr. Barros acha-se ocupado pela Secretaria Municipal de Educação do Ceará-mirim.

A arquiteta JEANNE FONSECA LEITE NESI publicou um estudo sobre o solar do Dr. José Inácio Fernandes Barros:

“O prédio, que atualmente abriga a Secretaria de Educação do Ceará-mirim, é possuidor do relevante valor arquitetônico. Acha-se implantado no alinhamento da calçada, com partido de planta retangular, desenvolvido em dois pavimentos, com cobertura de duas águas coroada por platibanda com ornatos de massa e arrematada por cornija.

A fachada principal do prédio, de composição simétrica, possui uma porta de acesso com soleira de mármore, ladeada por seis janelas. No pavimento superior, a casa apresenta sete janelas em vãos de vergas retas com cercaduras de massa. Ostenta ainda na fachada, a antiga inscrição: Colégio Santa Águeda.

O prédio, apesar de ter sofrido algumas modificações internas, com a finalidade de atender aos seus múltiplos usos, encontra-se ainda preservado em suas formas originais e considera-se bom o seu atual estado de conservação”.



O solar que pertenceu ao Dr. José Inácio Fernandes Barros, em Ceará - Mirim

NECROLÓGIO DO DR. JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS

“Vitimado por um cancro, que há muito o atormentava e o obrigou a empreender diversas viagens fora do Estado à procura dos recursos da ciência e que foram impotentes para curá-lo, sucumbiu anteontem, na cidade do Ceará-mirim o venerado Dr. JOSÉ INÁCIO FERNANDES BARROS, contando 63 anos de idade.

O ilustre extinto, que era dotado de coração bem formado, de gênio afável e maneiras distintas, gozou sempre de muita estima e consideração no nosso meio social e principalmente no Ceará-mirim, onde constituiu família e passou a maior parte da sua existência.

Ali exerceu por muitos anos os cargos de Juiz Municipal e de Direito e, apesar de filiado a um dos partidos políticos do antigo regime – o conservador, se houve sempre com muita imparcialidade e justiça, conseguindo a estima e respeito de todos os seus jurisdicionados.

Bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife, em 1868. Nesta capital exerceu, após sua formatura, o cargo de secretário da Diretoria Geral da Instrução Pública da então Província e depois o de Promotor Público. Foi Juiz Municipal de Ceará-mirim, Juiz de Direito da Comarca de Jardim do Seridó, depois da do Ceará-mirim, de onde foi removido, na ascensão do partido liberal, para a de Maroim, em Sergipe. Subindo o partido conservador foi nomeado Chefe de Polícia de Sergipe, sendo-lhe depois designada a Comarca do Ceará-mirim, em cujo exercício esteve até a Proclamação da República, quando se aposentou.

Na 1^a organização política do Estado, em 1891, foi eleito pelo Congresso Constituinte, de que fez parte, 1º vice-presidente do Estado, tendo estado no governo alguns dias.

O Dr. Fernandes Barros era natural desta capital e casado com a Exma. Sra. Dona Ana Varela Barros, filha dos finados barões do Ceará-mirim. Deixou dois filhos - O Dr. Heliodoro Fernandes Barros, atual chefe de polícia do Estado e a senhorita Adelaide Fernandes Barros.

O seu enterro realizou-se anteontem mesmo na Capela do Engenho São Francisco, sendo muito concorrido. A todos os membros de sua Exma. Família transmitimos nossos sinceros pêsames”.

(DIÁRIO DO NATAL – Necrológico do Sr. José Inácio Fernandes Barros – Edição de 19.10.1907)

NECROLÓGIO DE ALEXANDRE VARELA DO NASCIMENTO

“Vítima de afecção cerebral, faleceu na cidade do Ceará-mirim, o abastado agricultor, Tenente-Coronel Alexandre Varela.

O finado era nosso adversário político; mas com ele e sua Exma. Família sempre mantivemos boas e cordiais relações de velha amizade. O Tenente-Coronel Alexandre não deixa filhos. Com sincero dô sentimentozamos toda a sua ilustre família, apresentando particularmente a sua virtuosa consorte os votos de nosso pesar”.

VICENTE INÁCIO PEREIRA

Luís da Câmara Cascudo

VICENTE INÁCIO PEREIRA nasceu em Natal a 3 de maio de 1833, filho de Joaquim Inácio Pereira, da freguesia de São Miguel da vila de Torres Vedras, patriarchado de Lisboa, e Dona Ana Maria de Jesus, neto paterno de Vicente Pereira, da freguesia de Santo André, e Dona Tereza de Aquino Rosa, de Torres Vedras, neto materno do coronel Antônio José Leite do Pinho, da freguesia de São José da Madeira, cidade do Porto, assassinado em Natal a 15 de março de 1834, e Dona Bernarda Antônia Joaquina.

Doutorou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia em 12 de dezembro de 1859.

Casou-se em Ceará-mirim, a 14 de novembro de 1863, com Dona Isabel Duarte Varela, filha do Comandante Superior da Guarda Nacional Manuel Varela do Nascimento, depois Barão do Ceará-mirim (decreto de 22 de junho de 1874), nascido no “**Veríssimo**”, município do Ceará-mirim (então Estremoz) a 24 de dezembro de 1803 e falecido em seu Engenho “**São Francisco**”, a 1º de março de 1881, e Dona Bernarda Varela Dantas, nascida a 17 de junho de 1821 e falecida em 16 de julho de 1890; neta paterna de Felipe Varela do Nascimento e Dona Tereza Duarte, e neta

materna de Francisco Teixeira de Araújo e Dona Ana Teixeira da Silva.

O doutor Vicente Inácio Pereira foi médico do “**Partido Público**” em Natal, diretor do Hospital de Caridade, deputado-provincial nos biênios de 1864-65, 66-67 e 78-79.

Figura de destaque no partido liberal. Culto, sereno, e generoso.

Faleceu em seu engenho “Guaporé”, Ceará-mirim, a 22 de novembro de 1888.

(Sobre Vicente Inácio de Pereira, ver o folheto explicativo de sua administração – “**O doutor Vicente Inácio Pereira ao Público – 28 páginas.** Sem data nem lugar de impressão. O ano é certamente 1879. Dele possuo um trabalho: – “**Considerações práticas sobre o Cholera-Morbus, sua profilaxia e seu tratamento**”, Tipografia do Dois-Mundos. Baía, 1887).

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Governo do Rio Grande do Norte, pp. 209-210.

VICENTE INÁCIO PEREIRA

Luís da Câmara Cascudo

“Na praça Sete de Setembro, que não era praça e sim a Rua da Conceição, havia a 3 de maio de 1833 uma grande casa, ampla e confortável onde morava o tenente coronel Antônio José Leite do Pinho. Aí nasceu nesse dia Vicente Inácio Pereira, filho de Joaquim Inácio Pereira e Dona Ana Maria de Jesus, filha do coronel Leite do Pinho.

Na tarde de 14 de março de 1834 Leite do Pinho deitado numa esteira na porta da sua residência brincava com o neto. Até que o fez recolher. Imediatamente dois escravos de André Arco-Verde saíram da tocaia e apunhalaram Leite do Pinho que faleceu na madrugada seguinte.

Vicente Inácio Pereira foi estudar Medicina na Bahia. Doutorou-se a 12 de dezembro de 1859. Foi o primeiro natalense Médico e segundo norte-rio-grandense com direito a usar a esmeralda simbólica. Sua tese versou sobre “Das afecções do coração e pulmão relativamente a seus ruídos”, muito elogiada.

Casou a 14 de novembro de 1863 com a Dona Isabel Duarte Varela, filha dos barões do Ceará-mirim.

Um dos mais ouvidos e respeitados membros do Partido Liberal, Deputado Provincial em 1864-65, 1866-67, foi

Médico do Partido Público, Diretor do Hospital de Caridade, dedicado, prestimoso e cheio de amor aos seus clientes. Era da facção liberal chefiada por Moreira Brandão. Primeiro Vice-Presidente nomeado a 1º de fevereiro, prestou juramento e assumiu o Governo da Província de 14 de fevereiro a 13 de março de 1879 quando se empossou o novo Presidente, Rodrigo Lobato Marcondes Machado.

Durante sua administração doutor Vicente Inácio Pereira encontrou os saldos trágicos da Seca dos Dois Sete, 1877 que se arrastou até 1880. Reviu os métodos da época. Enfrentou o comodismo, a afilhadagem, o desperdício, a intromissão cínica dos correligionários traficando com a fome e a miséria, demitindo inúteis, cortando despesas, dispensando comissões, fiscalizando direta e pessoalmente todos os serviços, atordou os marimbondos políticos e acudiu quanto pôde aos necessitados. A rapidez de suas decisões estarrecia a lentidão do tempo. De pronto multiplicou os recursos alimentares, evitando socorro para as regiões assoladas, exigindo a caridade produtiva, fazendo trabalhar a massa dos “retirantes” em vez de fornecer víveres, iniciando o reinado da indolência remunerada.

Tal era a aglomeração humana em certas zonas de conforto que uma epidemia chegou a devastar como um ciclone. Mossoró reuniu 70.000 pessoas e nunca teve menos de 47.000. Dois terços da soma dos socorros público

foram gastos em Mossoró, concentração de todo o oeste da Província e emigrantes do Ceará e da Paraíba. A mortalidade atingiu a 3.000 mensais. De janeiro de 1878 a outubro de 1879 morreram 35.000 sertanejos.

Vicente Inácio Pereira encontrou-se no meio da tempestade e reagiu valentemente. Guerreararam os exploradores da fome, os moedeiros da desgraça, os desinteressados gratuitos que acabam sempre ricos depois de uma calamidade. Inflexível, tenaz, destemeroso, levou a ponta de fogo as chagas e úlceras, cicatrizando-a com o termo-cautério da honestidade compulsória. Foi um Homem!...

Quando entrou a administração ofereceu os vencimentos que ganhara ao Hospital de Caridade. E voltou, sereno, para o seu engenho Guaporé, no vale do Ceará-mirim.

Além do seu “Relatório” publicou um folheto, “O Doutor Vicente Inácio Varela ao Público” narrando documentadamente quando fizera e as razões de suas atitudes.

Faleceu no engenho Guaporé, Ceará-mirim, a 22 de novembro de 1888. Funcionava a Assembléia Legislativa quando se verificou o óbito. Na sessão de 23 de novembro de 1888, presidia pelo Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, houve uma simples homenagem emocional. “Não havendo mais expediente o Sr. Presidente disse que cumpría um penoso dever, qual o de comunicar a esta Assembléia, qual ontem às 5 horas da manhã falecera no municí-

pio do Ceará-mirim o Doutor Vicente Inácio Pereira, e lembrando em frases repassadas de dor e de saudade as suas qualidades públicas e privadas, principalmente nos cargos de membro desta casa e vice presidente da Província, julgava interpretar o sentimento dos membros desta Assembléia mandando lançar na ata de hoje a declaração de que esta notícia foi recebida com profundo pesar. Em seguida pedindo a palavra o Sr. Fonseca Sobrinho (João da Fonseca e Silva Sobrinho) disse que interpretando os sentimentos de seus comitentes e particularmente dos do município do Ceará-mirim apresentava o seguinte requerimento: - “Requeiro que com uma demonstração mais saliente e prova mais viva do nosso pesar além da declaração que se tem de inserir na ata, suspenda-se a sessão de hoje” – o que foi unanimemente aprovado. Continuando a mesma ordem do dia o Sr. Presidente levanta a sessão. (aa) – José Inácio Brandão Castelo Branco, presidente – Manoel de carvalho e Souza, 1º Secretário – João Carlos da Silva Guimarães, 2º Secretário”.

Fino, bem educado, palestrador delicioso, Vicente Inácio Pereira sabia viver com distinção. Foi uma energia invencível que sempre se envolveu nas formas palpitantes e sedutoras da polidez”.

UMA VISÃO E NADA MAIS

Nilo Pereira

“Uma figura encheu aquela casa e lhe deu esse prestígio político, econômico e social, com que o solar semicolonial surgiu e se elevou na vida do Ceará-mirim, e mesmo da Província: o Dr. Vicente Inácio Pereira, o segundo norte-rio-grandense formado em Medicina, deputado provincial, jornalista, e vice-presidente da Província em exercício, e a quem coube enfrentar, como saliente Luís da Câmara Cascudo, os dramáticos efeitos da seca de 77.

Não me sinto suspeito para lhe fazer o elogio, pois a distância que vai do neto ao avô permite apanhar-lhe, sem tom apologético, o perfil um seu tanto histórico; e essa visão alcançada na quarta dimensão, que é o tempo, podia aumentar-lhe a figura, como agora a sinto, ou diminuir-lhe o tamanho, qual em relação a Renan viu e sentiu o seu neto Psichari, que não desdenhado propriamente do avô, dele se afastou como duma sombra que não penetrava religiosamente a sua alma.

No Guaporé viveu e morreu Vicente Inácio Pereira. Ainda lhe deparei vestígios: - um retrato, em folhas douradas, parecendo um conselheiro do Império, com as barbas a Pedro II, e junto ao qual Gilberto Osório de Andrade foto-

grafou com as suas artes versáteis este pobre neto quase em contemplação; uma pequena biblioteca de Medicina, de estantes clássicas; uma contribuição científica que trouxe ao estudo do cólera-morbus, sua profilaxia e seu tratamento, datada de 1887 e editada na Tipografia dos Dois Mundos, da Bahia. Isso era o pouco que ainda vi duma vida que foi incessante e que teve no seu engenho.

Ele só deixou a sua casa pela Assembléia ou pela cadeira presidencial da Província; mas, era dali que trazia para a política e para administração o senso de sua medida, o que lhe era possível fazer pelo Ceará-mirim.

Político, era dos que sabiam ser leais ao Partido, como, de resto, os políticos do Império, na sua maioria: homens com uma noção quase supersticiosa do compromisso.

Senhor de engenho, a maneira do tempo, nunca deixou o vale pela sedução das cidades grandes, onde podia pretender notoriedade.

Ele compreendeu a missão do ciclo da cana de açúcar, fixou-se na terra e, ao lado de outros proprietários, iniciou no Ceará-mirim um ciclo econômico que, por muitos anos, garantiu – pelo menos até 1910, quando se deu a baixa do preço do açúcar, ensejando uma crise de agudas proporções – a estabilidade da produção do vale.

Um livro de 1887 dá-nos uma idéia do que era o Guaporé e o seu proprietário. O livro é de Luiz Carlos Lins

Wanderley, o primeiro norte-rio-grandense formado em Medicina, e intitula-se – **Visita Episcopal do Exmo. e Revmo. Sr. D. José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte.**

Luiz Carlos Lins Wanderley era Cavaleiro da Ordem da Rosa e pertencia ao Partido Conservador, sendo, portanto, adversário político de Vicente Inácio Pereira. Seu testemunho é, por isso mesmo, insuspeito.

Não regateia a Vicente Inácio aplausos quando descreve, como cronista de tintas muito vivas, a visita do Bispo – sucessor de Dom Vital – ao Guaporé, no ano da graça de 1882. A poética descrição do vale – não fosse Luiz Carlos um fino poeta – sucede a observação demorada – em estilo já agora de reportagem – da casa onde o jornalista encontrou renques enfileirados de mastros, portão de ferro amplo e trabalhado, jardim simétrico “ornado de canas colossais”, “repuxo que espadana água”, galgos de louça branca, que “pareciam sentinelas”.

A visita é dessas que sacodem o vale e a cidade: - o Ceará-mirim todo vem ver o Bispo. E na casa-grande do engenho Guaporé estão as figuras principais. A todas elas sobressaem a baronesa do Ceará-mirim e a serena e generosa fisionomia de Isabel Augusta Varela Pereira, a “Dobé” de seus numerosos netos, a quem tantas vezes vi em meio as paredes evocadoras de sua casa, num sonho desfeito, que

nunca lhe arrancou protestos nem lamentações. Era uma santa.

Ali, na sala de jantar, que era ampla, Vicente Inácio ergueu o seu brinde ao Bispo itinerante; e o Bispo saudou a baronesa do Ceará-mirim, o Imperador brasileiro e o Papa Leão XIII, consagrado nessa saudação as paredes que lhe ouviram a palavra e que ainda hoje ressoam das tradições desse dia realmente memorável.

Também ali, no Guaporé, os políticos agitaram os problemas partidários e pugnaram pelo futuro da Monarquia e da Província. E ali Vicente Inácio Pereira fez a estatística dos sacos de açúcar produzidos e vendidos, estudou problemas econômicos e financeiros relacionados com a cultura do vale. De modo que foi um homem integralmente dentro do seu meio”.

O CASAMENTO DE VICENTE INÁCIO PEREIRA – ISABEL DUARTE XAVIER VARELA

“Aos quatorze de novembro de mil oitocentos e sessenta e três, no oratório privado de Coronel Manuel Varela do Nascimento, pelas oito horas da noite – uni em solene matrimônio Dr. VICENTE INÁCIO PEREIRA e Dona ISABEL DUARTE XAVIER VARELA – ele filho legítimo de Joaquim Inácio Pereira e Dona Antônia Maria Pereira de Jesus e ela filha legítima do Coronel Manuel Varela do Nascimento e Dona Bernarda Varela Dantas, e lhes dei as Bênçãos Núpcias e sendo Testemunhas/José Muniz Pacheco e Joaquim Inácio Pereira Junior.

E para constar faço este Termo, em que me assigno.

Pe. Luiz da Fonseca Silva
Vigário Encomendado.

(Pesquisa realizada pelo Sr. Inácio Magalhães de Sena – Livro de Casamentos da Matriz do Ceará-mirim – 1859-1883).

A CASA GRANDE DO ENGENHO GUAPORÉ, DO DR. VICENTE INÁCIO PEREIRA

O escritor LUÍS CARLOS LINS WANDERLEY escreveu sobre a presença, em Ceará-mirim, do Bispo de Pernambuco, Dom José Pereira da Silva Barros, em agosto de 1882. Assim foi descrita a casa-grande do Engenho Guaporé:

“Para chegar-se a esplêndida casa do Sr. Dr. Vicente cruza-se uma grande porteira do cercado geral que contém os canaviais; depois atravessa-se outra, cujo cerrado, feito de postes lavrados a quatro faces e perpassados de fio de arame farpado, abrange a casa de vivenda, engenho, casa de purgar, banheiro, cocheira e feitoria.

Essa segunda porteira estava ali escancarada e sobre os seus moirões erguia-se um arco de canas verdes, enleiado com suas folhas terminais. No pátio e em frente da casa de vivenda corriam enfileirados dois renques de mastros, forrados de folhas verdes e sobre cujos cimos passavam iguais arcos, permeados de bandeiras de vivas cores.

O jardim, gradeado de ferro que circula toda a casa, é simétrico e está agora florido e ornado de arcos de canas colossais, como só vale do Ceará-mirim sabe produzir, e de bandeirolas de variadas cores, como aquelas que deixamos no palacete episcopal. No centro do jardim e em frente da

porta principal da vivenda há um repuxo que espadana água por meio de um tríplice filete que sai da mão de um negrinho de bronze, colocado em pé no meio de um tanque. Daí partem muitas veias d'água que vão regar os canteiros de rosas, cravos e jasmins. Dois galgos de louça branca, sentados sobre as nádegas, nas bordas do tanque, pareciam sentinelas, ali postadas a espreitar quem vem de fora.

Íamos visitar o pequeno, porém lindo terraço, que ficava ao lado da casa, quando S. Exc. Surgiu à porta acompanhada do Sr. Dr. Vicente Inácio. Voltemos à S. Exc. Antes de aceitar outro qualquer obséquio, S. Exc. revelou desejos de ir ver o engenho, a casa de purgar, a casa de banho, o moinho de vento; e tudo lhe foi facilitado. S. Exc. tudo observava com apurado exame, e em tudo notou asseio, ordem e bom gosto”.

A arquiteta JEANNE FONSECA LEITE NESI também faz uma descrição da Casa-Grande de Guaporé:

“No engenho Guaporé, também foi edificado um casarão, na 2^a metade do século passado, para servir a família do Dr. Vicente Inácio Pereira, que era casado com Dona Isabel Augusta Duarte Varela.

A Casa-Grande do Engenho Guaporé é uma edificação típica de uma época afidalgada (...) Trata-se de uma

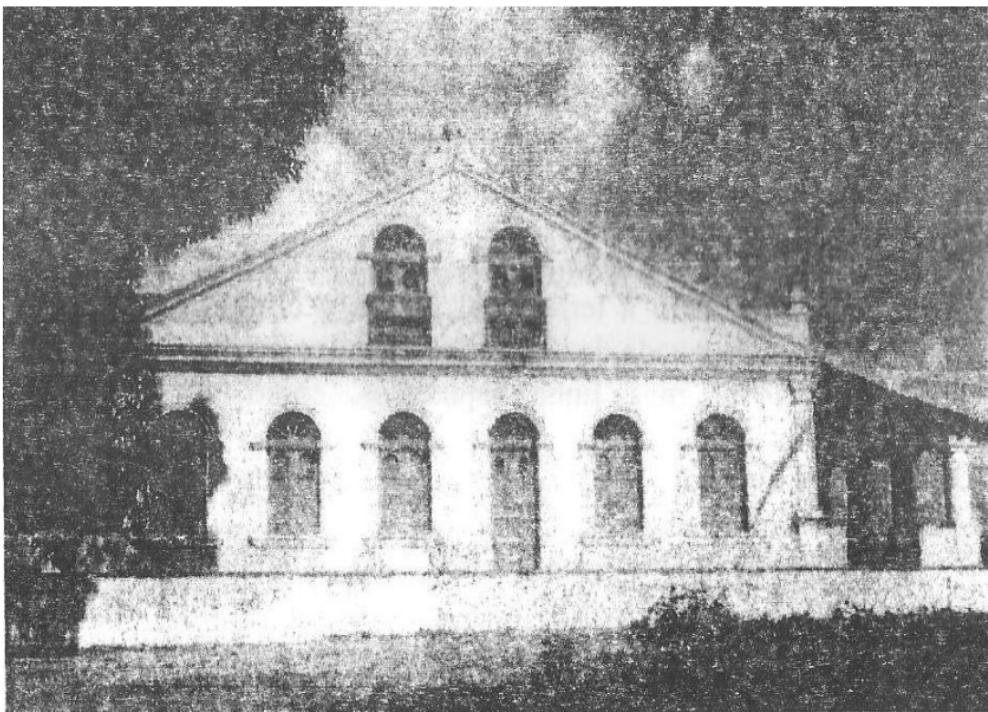
edificação de relevante valor arquitetônico, de grande importância histórica. Construída no estilo neoclássico, apresenta partido de planta retangular, desenvolvida em um pavimento, notando-se ainda a presença de um sótão. Sua cobertura é feita em duas águas. A casa apresenta uma fachada simétrica, emoldurada por colunas e cimalha. Possui uma janela central, ladeada por duas portas de acesso, e seis outras janelas, todas em arcos plenos, com cercaduras de massa. As esquadrias são de venezianas, de madeira pintada e vidros, com bandeiras de vidro, dispostos em forma de rosácea.

A fachada ostenta ainda o esplendor do seu passado, com frontão triangular e platibanda ornada com guirlanda e rosáceas de massa. O mobiliário da casa obedece ao gosto francês, muito pertinente à época, em que os ricos senhores de engenho costumavam mandar os filhos estudar na Europa, de onde traziam as mesmas idéias renovadoras.

O interior da casa não sofreu modificações significativas, conservando ainda o seu forro de madeira, piso e tijoleira no térreo e tabuado corrido no sótão”.

LINS WANDERLEY, Luis Carlos. Visita Episcopal do Exmº. e Revmº Sr. D. José Pereira da Silva Barros e algumas paróquias do Rio Grande do Norte, pp. 37-39.

LEITE NESI, Jeanne Fonseca. A Casa-Grande do engenho Guaporé, In o POTI de 11.08.1991.



*Casa-Grande do Engenho Guaporé, em Ceará - Mirim, perten-
cente ao Dr. Vicente Inácio Pereira*

NECROLÓGIO DO DR. VICENTE INÁCIO PEREIRA

“É já uma realidade, triste realidade! O pensamento do Dr. VICENTE INÁCIO PEREIRA!!! Completou sua evolução terrestre com 55 anos de idade. Nasceu nesta capital de um casal prolífico e feliz, que lhe deu esmeralda educação com exemplo de sólidas virtudes. Entre nós recebeu os rudimentos preciosos a carreira das letras. Adiantou os seus estudos na cidade do Recife, e, matriculando-se na Faculdade médica da Bahia, em 1854, depois de um curso bonito, como pôde fazer o talento, auxiliado pela aplicação e regulado pelo bom senso, doutora-se em 1859. Voltando a terra natal, achou o círculo estreito e a atmosfera impregnada de um espírito público que sufocava. Não era ambicioso, mas tinha aspirações, como as facilita o patriotismo, o talento e a consciência do próprio mérito. Fez-se médico militar e neste caráter dói encarregado de comissões honrosas, que soube desempenhar com muito zelo, muita dignidade e muito critério. Sua saúde pouco estável obrigou-o a abandonar a farda (...) relâmpago d'alma (...) as (...) ceder aí (...) devia receber por esposa. Nem era uma mulher, era um anjo que o tomava de súbito e lhe engrinaldava a fronte com os resplendores do seu amor sacro-santo e dulcíssimo, a que ele soube corresponder.

E Dona Isabel A. Varela Pereira fora o complexo daquele ser predestinado. O Dr. Vicente Inácio Pereira, recolhido ao lago sereno da vida íntima, aí vivia aquecido pelas carícias de sua amorosíssima família e pela convivência de amigos sinceros e devotados que sabiam fazer justiça à altivez do seu caráter, a nobreza dos seus sentimentos, e a pureza de suas crenças.

Em diversos biênios fora eleito deputado provincial, e o Governo Imperial houve por bem nomeá-lo 4º vice-presidente da província em 1879, quando, tomado conta das rédeas da administração, dera o mais belo exemplo da probidade, de patriotismo, de coragem e desinteresse.

Restabeleceu o cofre da tesouraria geral no lugar d'onde o arrastaram, e reverteu os seus honorários de presidente em favor do Hospital da Caridade. Fora um herói e fizeram dele um novo mártir. Do antigo liberal constituíra-se o novo Cincinato.

Assim viveu feliz e tranqüilo até que a tesoura da Parca veio cortar-lhe o fio da vida no dia 22 do mês corrente. O Dr. Vicente deixa uma viúva inconsolável, imersa no pranto da saudade; e 4 filhos que bordam seu túmulo com as pérolas das lágrimas!

Seus numerosos amigos fazem coro com os trenós melancólicos da mais pungente saudade, e rememoram a cada canto os predicados daquela alma tão pura como a probidade e tão diáfana como as emanadas da pura consciência.

Pela nossa parte eis-nos em genuflexão no fervor da prece daquele que lega um exemplo edificante a família e a pátria; e com a expressão da cordialidade levamos nossos pêsames e condolências ao coração lacerado do Exmº Coordenador Joaquim Inácio Pereira – ilustre irmão do finado, a quem incumbimos de nos representar no dilúvio de lágrimas que assoberba neste momento o sentimento de toda sua respeitável e numerosa família”.

(CORREIO DO NATAL edição de 24.11.1888. Necrológico do Dr. Vicente Inácio Pereira).

NECROLÓGIO DE DONA ISABEL AUGUSTA VARELA PEREIRA

FALECIMENTOS – Em Ceará-mirim faleceu no dia 5 do mês corrente, vítima de antigos padecimentos, a Exma. Sra. Dona Isabel Augusta Varela Pereira, viúva do Dr. Vicente Inácio Pereira, antigo chefe liberal, no regime monárquico, e vice-presidente da Província por mais de uma vez.

A extinta contava 82 anos de idade, era filha do Barão do Ceará-mirim, e deixa 4 filhos, maiores, Srs. Vicente Riquette Pereira, Fausto e Olímpio Varela Pereira, Dona Isabel Pereira da Cunha, 13 netos e 9 bisnetos.

Altamente relacionada no seio da sociedade cearamirinense, pelas excelsas virtudes de que era portadora, foi a sua morte muito sentida naquela cidade, não só por todos os de numerosa família como também no seu vasto círculo de afeições.

O sepultamento verificou-se no dia seguinte ao de sua morte, no cemitério particular da Usina São Francisco, com grande acompanhamento de pessoas amigas.

SERRA AGUDA

Nilo Pereira

— Este ano é de bom inverno. Vamos para a Serra Aguda.

Lauro ouviu essas palavras com grande curiosidade. Ouvia falar na Serra Aguda, fazenda do velho Carlos Varela do Nascimento — o tio Carrinho — sempre lembrado. O Dr. Otávio Meira, no seu livro **Memórias do quase ontem**, não se esqueceria dele.

Menino de seis meses de idade, caíra nos braços de uma mucama num forno de cal. Teve um ataque de meningite. Por isso ficou alienado, não aprendeu a ler nem a escrever. Mal “ferrava” o nome, como se costumava dizer. Era filho do Barão do Ceará-mirim. Sua mania era o bom cavalo de raça e jóias de brilhante. Artesão por vocação e por experiência, fabricava caixas e gaiolas de passarinho como ninguém. Um artista consumado.

Tinha horror a gaiola e cachorro. Era, na família, quase que um personagem a parte. Todos o respeitavam e ria das suas esquisitices.

Uma das suas distrações consistia em contemplar figuras no “Cosmorama”, que para ele constituía o passatempo preferido, um cinema em ponto pequeno. Escondidos dele, os meninos viam o que o mágico aparelho tinha para apresentar: edifícios enormes, paisagens solitárias, a torre Eifell, a baía da Guanabara. Ele ficava, às vezes, horas inteiras numa fotografia que mais despertasse os seus sentidos. Gostava de falar sozinho. E tinha uma maneira de rematar as suas observações, dizendo: — “Larim, toré, babá”.

Ninguém sabia o que isso queria dizer. Era a sua linguagem. A sua expressão, talvez admirativa. Certamente conclusiva.

Esse maneirismo foi divulgado por Luiz da Câmara Cascudo em cartas e telegramas a Lauro e até em artigos de jornal.

O tio Carrinho – como era conhecido – tinha essa fazenda Serra Aguda, que todos elogiavam. Professores da Faculdade de Direito do Recife, em férias, quando vinham ao Guaporé, trazidos pelo Dr. Augusto Vaz, iam a Serra Aguda, se o ano era bom de inverno. Todos gabavam esse refúgio, o encanto da natureza, a paisagem silenciosa, o canto dos pássaros.

O velho Carlos era rico, mas certamente não sabia disso. Vivia como um inocente. Não tinha amores. Os sobrinhos criavam histórias de amor para envolvê-lo na trama sutil que ele não conhecia; mas o bom velho ria muito disso tudo, descrente dele mesmo. Talvez se reconhecesse diferente dos outros, embora sempre muito bem vestido quando saía montado no seu cavalo de estimação.

Era irmão de Dona Isabel Varela Pereira, esposa do Dr. Vicente Inácio Pereira. Morava no Guaporé, onde tinha a sua tenda de artesão.

Se ninguém o incomodava, não havia homem mais pacífico do que ele. Nem sempre se apresentava às visitas. Gostava de estar recolhido, no seu pequeno mundo, tangendo as galinhas afoitas que ou-savam se aproximar do seu cantinho, onde vivia feliz.

Tinha contra ele os sobrinhos, que o atenazavam. Começaram a sugerir ao velho uma visita a certa mulher que fazia furor no Patu. Ele foi. Era uma aventura temerária. Ao regressar, sem os encantos prometidos, limitava-se a dizer na sua maneira peculiar de falar, dando às sílabas um tom muito seu:

- Xobrinho, é uma aranha...

A caixa de música, na sala rósea do Guaporé, era uma das suas atrações. Talvez tivesse a sua composição preferida. Ou não tivesse nenhuma. Gostava de ouvir música, fosse qual fosse. Se a Dona Augusta Vaz Pereira, exímia pianista, executava uma valsa, ele se punha ao canto da sala, roendo uma unha enorme do dedo mindinho, enlevado e satisfeito.

Naquela alma cándida os males do mundo não se aninhavam. Adorava a irmã, Bela, como chamava. Ela era a sua mãe, tudo para ele, a mestra, a guia, a conselheira. Falava-lhe sempre com muita brandura. Tinha pena dele: bem nascido e bem criado, filho do Barão, mas essa condição nada lhe acrescentava. Estava sempre fora do mundo ambiente. Vagava, às vezes, como uma sombra entre os seus familiares. Seu mundo era outro; e ninguém quase sabia defini-la, tal o seu mistério.

Lauro tinha certo medo dele. Não o compreendia bem. Via-o diferente dos outros. Uma noite em que dormiu no mesmo quarto com ele, tomou-se de espanto. O velho Carlos rezava sem cessar pelos mortos. Freqüentemente punha entre esses mortos muitos que ainda pertenciam ao reino dos vivos. Lauro intervinha:

- Tio Carrinho, esse está vivo.
- Como é o nome daquele que morreu em Canudos?
- Alfredo.
- Sim, é isso mesmo. Alfredo. Uma Ave-Maria por alma de Alfredo, de Xandu, de Tobias, de Maneco.

Era um rosário de almas. O quarto se enchia delas, silenciosas, impalpáveis.

Lauro tinha a impressão de que o cortejo dos mortos de repente se formava, enquanto o tio Carrinho orava por todos esses

defuntos. Conhecia alguns deles. Mas, Alfredo, quem era Alfredo? Foi-lhe explicado:

— Alfredo Varela nasceu em Canudos lutando contra o Conselheiro. Era um herói. Muito jovem ainda, decidiu-se à luta. Canudos, o reduto do fanatismo de Antonio Conselheiro, empolgava a opinião pública.

Lauro não sabia nada disso, mas ouvia falar nesse Alfredo, que se oferecera para combater o herói perdido com o seu pessoal naquelas solidões perigosas. Joel Villar também combateu em Canudos, onde perdeu um braço. Talvez por isso fosse um homem complexado. Quando ele passava pelas ruas, todos viam na sua figura o moço decidido, que foram enfrentar os jagunços.

A luta era desigual. Os fanáticos haviam levantado a sua cidade santa. Lá dentro ninguém entrava. O Conselheiro mantinha uma disciplina férrea e mística. A tarde, nas Ave-Marias, rezava contrito, os olhos postos no Crucifixo da Igreja por ele construída. Ele todo tinha tudo de um profeta, de um vingador.

Diziam que queria o retorno do regime monárquico. Lutava contra a República. Nunca poderia perdoar aqueles que expulsaram do trono o seu Imperador, que morrera no exílio, sem culpa de nada.

Não era por isso que ele lutava. Mas ninguém tirava do pensamento do povo a noção que a Imprensa espalhava: o Conselheiro pretendia a restauração do trono, o Terceiro Reinado.

Alfredo Varela deixara inconsolável a sua namorada, Deolinda Barroca, quase noiva dele. Um dia, no Verde-Nasce, comunicara a ela a sua resolução. Era já uma despedida. Ela chorava. Um beijo furtivo selara aquele adeus quase secreto. Ele não

voltaria mais. Ela ficara solteira, falando nele, o belo rapaz, que dera a vida pela República.

Muito bonito, isso, mas para ela significava o desfecho de um amor apenas começado, que tanto prometia. O Ceará-mirim ganhava um herói; ela perdia o seu bem-amado. Gostava de escrever “pensamentos”. Lauro ainda chegou a ver o caderninho onde ele deixava os seus pensamentos, essas reflexões de uma alma sem mais encantos. Surgia um ou outro verso perdido, inclusive esse que, na velhice, ele costumava repetir, voltando no tempo:

É meia-noite
Que belo luar,
Só falta uma hora
Prô galo cantar

Coisas simples assim o que ela escrevia. O caderninho extra viou-se. Levou consigo momentos de recolhimento de uma enamo rada sem ventura, que carregou na vida um sonho malogrado.

A ida a Serra Aguda estava sendo cuidadosamente preparada. A viagem seria um tanto longa; mas não era isso que desanimava Lauro, ainda bem menino. A curiosidade infantil é sempre maior do que qualquer dificuldade.

Tomava-se o trem no Ceará-mirim, até Baixa-Verde. Daí por diante a viagem era feita em liteira até a fazenda Riachuelo, de propriedade de Eduardo Barroca, tio de Lauro, e daí por diante à Serra Aguda. Quem visse passar a liteira por aquelas ínvais estradas, podia exclamar, se fosse um erudito:

- Um quadro de Debret!

Corria o ano de 1915. Tudo ainda em começo. O transporte era um desafio à paciência, ao conforto, à saúde.

A liteira era puxada por dois burros, um na frente e o outro atrás. Marcha vagarosa. Dentro da liteira, tudo quanto fosse necessário à travessia. Não passava de um coche pobre, sem melhor destino que o de ser, naquelas paragens, a única maneira de conduzir uma família com crianças.

Os homens iam a cavalo, trotando. Tinham às vezes que voltar para retomar os passos dos jericos, conduzindo a liteira, que balouçava no ar como uma pequena embarcação tangida pelo vento. Três famílias viajavam em busca da tão afamada Serra Aguda. O dono da fazenda – o velho Carlos – era quem menos se apercebia de toda aquela grandeza. Mas não fazia feio diante dos outros cavalarianos, que venciam a caminhada, elegantes e airoso no seu porte aristocrático.

Já ao cair da tarde, quando uma lua mortiça surgia no céu, com receio de ferir os olhos dos viandantes, avistou-se a casa da fazenda.

Nada apresentava de senhorial. Era modesta, meio triste, à distância. Estava aberta para receber os visitantes. Por toda a parte o inverno deixava a sua marca de esperança e de felicidade. Tudo verde. As águas corriam engrossadas pelas chuvas da véspera. Os pássaros cantavam mais fortes nas árvores. A natureza se exibia no esplendor festivo de seu renascimento. Nem parece que por ali, em outros anos, a seca devastara terras e plantações. O sertão é esse paradoxo. É tão heróico quanto o outro, o sertão de Euclides da Cunha, onde se travou a luta tremenda de Canudos.

Agora, tudo se movia como numa página edênica. O sertão era a fartura, a beleza das manhãs chuvosas, os bandos no açude, o queijo fresco, gorduroso, o leite ao curral, ao pé da vaca. Um mundo feliz, cheio de abastança, estava ali, naquele recanto privilegiado, feudo do velho Carlos Varela do Nascimento, que a bem dizer, não sabia o que possuía. Era, por isso, mais feliz do que os outros...

Logo no dia seguinte Lauro se dispôs com o primo Zico a percorrer a fazenda.

Viram que se fazia necessário ter um bodoque ou uma “funda”, mesmo que não fosse a do rei Davi, para perseguir rolinhas e aves de arribação, que voavam em bandos, alegres e des-preocupadas.

A ave da arribação, torrada, era prato saboroso. Por isso quem a trouxesse morta para a mesa, mostrava que, ao mérito de acertar a pedrada, aliava o bom gosto culinário, imperioso.

Tudo convidava à alegria, ao repouso, à bem-aventurança. Mais tarde, Lauro e Zico, lidos em Eça de Queiroz, principalmente no romance **A cidade e as Serras**, podiam exclamar como Jacinto, o Príncipe da Grã-Ventura, de volta a Guiões:

- Que beleza! Que beleza!

Faltaria ali um Zé Fernandes. Mas não faltavam cronistas nem escritores que logo se lembravam de redigir um jornal manuscrito, com as impressões – às vezes maliciosas – de cada semana.

O jornal era redigido por Francisco Fernandes Sobral, então no terceiro ano de Direito, e Riquette Pereira. No dia da lei-

tura do manuscrito - ambos tinham excelente letra as famílias se reuniram, atentas, para ouvir o que se podia escrever a respeito da vida comunitária, na Serra Aguda.

Esses jornais são, hoje, uma preciosidade. Revelam uma época. Mostram que se podia viver uma quadra feliz sem preocupações, sem prazeres excessivos. O sertão estava longe de ser, pelo menos naquele recanto, paraíso de cangaceiros e salteadores. Tudo quanto se fazia tinha a segurança de outros tempos, que não era de santos, mas não eram como os de hoje, de demônios civilizados.

Houve uma noite que marcou a vida daquela comunidade: a chegada do Padre Amâncio Ramalho, mais tarde diretor do colégio “Santa Luzia”, em Mossoró, e Diretor do Departamento de Educação, no governo de Raphael Fernandes.

Que voz tinha o padre Amâncio! E como tocava bem o violão! Veio num automóvel Ford, de bigodes, ele próprio dirigindo o carro. Sacerdote digno do nome, vida apostólica e limpa, homem de grande cultura, mestre da Língua vernácula, era irmão de Júlio e Severino Ramalho, pioneiros da luz elétrica e do primeiro caminhão, no Ceará-mirim.

O Padre Amâncio foi logo o centro de tudo. Marcou uma noitada de arte, no sertão sossegado e dadivoso. Os moradores da fazenda foram-se chegando para ouvir o padre cantar. Um encanto!

Sua voz era dolente. Um vaqueiro, que sabia aboiar como poucos, o escutava embevecido como se procurasse naqueles tons e entretons novas modalidades para o seu canto, chamando o gado para o curral.

À tarde, quando não chovia, era o passeio pelos campos floridos, à beira do açude. O gado mugia melancólico, como se entendesse a religiosidade do crepúsculo. Houve uma vez em que, diante de um céu cheio de nuvens que tinham estranhas formas animais, a tia Chambre disse:

– O céu está cheio de cascarrilhas.

Logo, o tio Riquette, finamente irônico perguntou:

– Chambre: onde você viu essa palavra?

– Não sei. Sei que é bonita.

Às vezes aperriavam o velho Carlos. Lourdinha e Carmen o atanazaram que ele entrou a correr atrás delas, ao redor de uma mesa. Aconteceu dar uma queda que, por pouco, não seria desastrosa. Levantou-se gemendo, com a mão no estômago, que enrijecia. O bom velho, sempre valendo-se da boa irmã, dizia:

– Bela: estou com uma taba dura.

A taba dura era o estômago endurecido pela quase catástrofe.

Foi com grande saudade que chegou o dia de voltar daquele paraíso até então insuspeitado por Lauro, que da Serra Aguda tinha apenas uma vaga notícia, como a da praia de Muriú.

O tio Riquette perguntou ao velho Carlos:

- Está com saudade?

E ele, na sua maneira de expressar, em linguagem própria, que não consta de Dicionário nenhum, respondeu à queima-roupa:

- Loré, loré, babá.

Assim falava, numa estranha língua, o Zaratustra daquele feudo rural, de que era possuidor. Um barão feudal sem o domínio das terras e dos escravos, que não existiam mais.

Serra Aguda foi um momento rápido do menino que guardou a memória de alguma coisa. Por que Serra Aguda? Nunca chegou a saber, nem era preciso. O mundo apenas se entreabriu ali para quem o procurava pela primeira e única vez.

Quando se falava em inverno, ano bom de inverno e coisas parecidas, Lauro voltava os olhos da infância para aquele Éden perdido, onde, por algum tempo, caçou rolinhas e empinou papagaios.

Nada mais restava se não isso da memória feliz. Não viajaria mais em liteira. Tudo foi mudado. Onde era Serra Aguda? Já não sabia. Sabia, sim, que era uma terra fértil e bela.

Para que saber mais?

MANUEL DE GOUVEIA VARELA

Raimundo Nonato

MANUEL DE GOUVEIA VARELA – Nasceu em 27 de novembro de 1871. Faleceu em 2 de outubro de 1923.

Formou-se em 1892. Recife. Filho de José Felix da Silveira Varela e Dona Joana Florinda de Gouveia Varela. Nasceu no Engenho Ilha Bela – Ceará-mirim. Foi promotor – Deputado – Prefeito de Ceará-mirim de 1919 a 1923. Era senhor do engenho São Francisco. Deputado Estadual em diversas Legislaturas.

Casou-se em 26-1-1893 com Dona Etelevina de Paula Lopes. Foi Deputado Estadual em 1904-1906 e 1907-1908. Presidente da Intendência Municipal em 1917-1919.

Fundou escolas em muitas povoações. Restaurou o edifício da Intendência Municipal. Ergue o Mercado do Peixe. Calçou muitas ruas da cidade. Mandou construir a cadeia pública.

Na sua gestão a frente da Intendência Municipal, mandou iluminar a cidade de Ceará-mirim a luz elétrica.

MANECO VARELA

Luís da Câmara Cascudo

Dr. Manuel de Gouveia Varela, filho do Coronel José Felix, da “Ilha Bela”, neto do Barão do Ceará-mirim, fará, no próximo ano 1959, 90 anos de nascido. Marchando para o centenário.

Bacharel em Recife na turma de 1892, com Alberto Maranhão e Tavares de Lira que seriam governadores do Estado. Viveu na casa-grande de “São Francisco”, perfumada pelas recordações do tio Xandu Varela, o mais faustoso dos senhores do vale.

Maneco foi deputado estadual em 1904-1906 e 1907-1909. Representou o Estado da Conferência Açucareira que se reuniu no Recife em 1905. Presidente da Intendência Municipal, de 1917-1919.

Encontrara a renda de 14:865\$630, elevando-a, no primeiro exercício, a 25:000\$. Terminando o mandato a receita orçada em 30:000\$ estava realmente em 64:207\$732. Calçou várias ruas. Construiu a Cadeia Pública.

Ergueu o Mercado de Peixe. Fundou escolas em muitas povoações. Reparou o edifício da Intendência, forrando-o, mobiliando-o.

Iluminou a cidade do Ceará-mirim com luz elétrica. Naquele ano em 1917 era a quarta cidade do Rio Grande do Norte com esse privilégio. Natal, Mossoró, Canguaretama eram as três anteriores.

Foi, no seu tempo e clima, o mais sedutor e expressivo modelo da aristocracia rural. O Duque de Morny do Vale. O “beau” Brummel do Ceará-mirim. O príncipe de Gales do Município. Inimitável de cortesia, educação, polidez. Estendera a tradição espelhante da hospitalidade fidalga até as primeiras décadas do século XX. Resistia

ao desequilíbrio financeiro para receber, recepcionar, festejar amigos, admiradores, uma corte espontânea que o seguia, embriagada pelo perfume do mel, como abelhas fiéis.

Era um gentil homem legítimo, montando como um Mari-alva, dançando como um Rohan, organizando as mais lindas, as mais completas, as mais inesquecíveis festas do Ceará-mirim. Podiam unicamente rivalizar com as festas imaginadas pelo grande Alberto Maranhão no seu segundo governo, 1908-1914.

A casa-grande de São Francisco era a sede resplandecente das recepções impecáveis pela elegância, bom-gosto, abundância, disciplina social. Festas sem uma falha, um esquecimento, um deslize.

Desfilava toda a sociedade de Natal, infalível no comparecimento.

Como seu tio Xandu Varela ou o Doutor Barros, Maneco Varela vestia-se esplendidamente. Trajes para as horas, momentos, solenidades. Era o bom-tom, conhecimento exato e natural das exigências da etiqueta. Nasceu para Embaixador do Brasil em Paris ou Londres. Paris de Napoleão III e Londres de Eduardo VII. Mas a indumentária não escondia vulgaridade, fofice, banalidade metal. Maneco era uma inteligência fina, clara, atual, sedutora.

Teve a vocação festiva e ruidosa do convívio social. As reuniões do Clube Recreativo ou as “soirées” no São Francisco levavam toda a Natal política, mundana e literária, em comboios especiais, agasalhos previstos, condução pronta, orquestra magnífica, animação incomparável. Ninguém ousava na capital do Estado marcar uma festa que coincidisse com uma em São Francisco. Seria um desastre. Quem perdia uma recepção de Maneco Varela?

Era homem de vocabulário cuidado, higiene verbal serena e séria. Incapaz de uma vulgaridade, um palavrão, uma anedota desagradável e suja.

O general carlista Tomás Zumalacárregui (1788-1835) estava numa roda quando um oficial, contador de escabrosidades hilariantes, iniciou o relato: – Vuelencia perdone... Como no hay señoras!...

E o grande soldado de Navarra, incisivo, cortando o dislate: – Pero hay caballeros!...

Maneco Varela era deste estofo, fibra, mentalidade.

Viveu e morreu como desejava, airoso, elegante, saudando e saudado como um verdadeiro fidalgo.

Fechou os olhos numa manhã de sol, 2 de outubro de 1923, no solar de São Francisco, aos 54 anos de idade.

Sepultava-se com ele, parte alta, viva e nobre da galanteria aristocrática do Ceará-mirim, das heranças principescas de “bem receber”, dos júbilos sociais da vocação que jamais se renova no plano do afeto sem interesse, a graça sem maldade, o espírito sem ódio fecundador de atividades.

Com ele morria um dos derradeiros “Príncipes” do vale...

CÂMARA CASCUCO, Luís da. Maneco Varela. (Acta Diurna). “A República”, de 06.12.1958.

NECROLÓGIO DO DR. MANUEL DE GOUVEIA VARELA

DR. MANUEL VARELA

Por despachos telegráficos, vindos da vizinha cidade de Ceará-mirim, sabemos ali haver falecido ontem, o nosso distinto amigo e prestimoso correligionário Dr. Manuel de Gouveia Varela, uma das figuras mais salientes daquela localidade.

Cavalheiro do mais fino trato social e herdeiro ilustre de uma das mais proeminentes famílias deste Estado, era o prezado extinto filho do coronel José Felix Varela e neto do Barão do Ceará-mirim.

Tendo-se bacharelado na Faculdade de Direito de Recife, ocupara na sua terra natal, o cargo de presidente da Edilidade, por diversas vezes o de promotor público interino, tendo sido, num como no outro, de uma probidade e clarividência, sem jaça, legando aos seus parentes, amigos e correligionários um exemplo vivo de honestidade nos negócios públicos, de amor ao trabalho e de fé no progresso a que de um esforço constante e digno conduz os que se interessam pelo bem comum.

Conhecedores da profunda mágoa que enluta hoje o Ceará-mirim, e especialmente a família Varela, aqui residente, os nossos sentidos pêsames.

No nosso próximo número, daremos outras notícias a respeito do presente desenlace.

II

Conforme noticiamos na nossa edição de 3 do mês corrente, finara-se às 10 e 5 do dia 2 anterior, na sua confortável vila de “São Francisco”, no vale do Ceará-mirim, nosso prestimoso amigo e correligionário Dr. Manuel de Gouveia Varela.

Logo as primeiras notícias, corridas às 8 horas daquele mesmo dia, de que o querido Dr. agonizava, após o recebimento de todos os sacramentos da Igreja, ocorreu a “São Francisco” uma multidão de pessoas de ambos os sexos e de todas as cores políticas locais que iam compungidas assistir aos últimos momentos que ali foi figura do mais alto relevo social.

Verificado o óbito, no meio da dor dilacerante e incontida da cara família e dos numerosos amigos transformou-se o vasto salão nobre do velho solar dos antigos barões do Ceará-mirim numa câmara ardente, que o crepe cobria desde o forro até o assoalho, o mesmo se notando na fachada do edifício, escadarias e dependências. Às 15 horas, um trem expresso partiu desta Capital conduzindo o Dr. Otávio Varela, que era portador de um riquíssimo ataúde. Rezadas as primeiras orações pro defunto, pelo vigário padre Pedro Paulino, seguiu-se o benzimento do respectivo túmulo, no cemitério da capela da referida propriedade “São Francisco”, onde feita as últimas preces litúrgicas, bai-xou o cadáver, falando nessa ocasião, os seguintes oradores: o Dr. Eurico Montenegro, promotor público, em nome da Comarca; o Sr. Waldemar de Sá, vice-presidente da Intendência, em nome do Município; o professor Ezequiel de Souza, diretor do colégio Pedro II, em seu nome e no do ensino; e o aluno Marcia-

no Freire, desse colégio, em nome da mocidade escolar. Afiram testemunhas que toda a multidão presente chorava.

Muita eram as grinaldas de flores naturais e artificiais que se viam derredor do féretro, e cobrindo e sobressaindo estas comas seguintes inscrições: “Ao idolatrado esposo, a imensa mágoa de sua Etevina”; e “Ao adorado pai, seus filhos inconsoláveis”; “Ao mano querido, saudade eterna de seus irmãos”.

O Dr. Manuel de Gouveia Varela nasceu em Ceará-mirim, a 27 de novembro de 1869, sendo filho do coronel José Felix Varela e Dona Joana de Gouveia Varela, ambos já falecidos. Formara-se na Faculdade de Direito do Recife, em dezembro de 1892, onde se casava, em janeiro de 1893, com a excellentíssima senhora Dona Etevina Lopes Varela, de cujo consórcio deixa os seguintes filhos: José, Luís, Paulo, Heitor e Dona Maria de Lourdes, viúva do Dr. José Lucas da Câmara. Pertencendo a geração de Heliodoro Barros, Virgílio Bandeira e Elviro Carillho, o Dr. Manuel Varela, desde a sua elegante mocidade, começou a trabalhar pelo soerguimento moral, intelectual, econômico e material de sua terra, lá tendo sido presidente do Clube da Lavoura, e do Município, no triênio de 1917 a 20. Foi em diversos mandatos eleito deputado ao Congresso Legislativo Estadual e representou o governo do Rio Grande do Norte junto a Conferência Açucareira que se reuniu em Recife, no ano de 1905, tendo sido ainda por várias ocasiões nomeado promotor público interino da Comarca do Ceará-mirim, revelando-se em todos esses encargos, de uma visão larga de homem público que foi dos mais aproveitáveis, de uma honestidade a toda prova e de uma dedicação sem limites à causa pública de que foi ali o maior

interessado. Como presidente do Executivo Municipal é que se revelou o que sempre julgava dele o povo cearamirinense, quando, em uma hora lúcida, o escolheu para dirigir o seu destino, naquela fase sua de política moralizada e construtora.

Eloquientemente, falam disso os relevantes e incontáveis benefícios que lá se vêem, executados no espaço estreitíssimo de 3 anos de administração, que podemos chamar a mais fecunda da vida governamental do Município, bastando lembrar o seguinte: quando ele assumiu o governo local, elevou as rendas públicas a soma de 14:865\$630, logo no ano seguinte, a mais 25:000\$000 e, 1919, já estando a receita orçado em 30:000\$000, a 64:207\$732, situação das mais prósperas possíveis com que passou a direção a seu sucessor, deixando, entre os outros os seguintes providenciais melhoramentos: iluminação elétrica na cidade, calçamento e alinhamento das ruas, reforma do Mercado Público, construção de uma cadeia, ampla e higiênica e de um mercado para peixe, reparos no edifício da Intendência, forro e mobiliamento da sala de sessões da mesma, e criação de escolas em diversos povoados.

Dedicado à agricultura, era possuidor da melhor e perfeita fábrica açucareira naquele vale. Por este pequeno resumo de sua laboriosa e honesta existência, sente-se o quanto perdeu a sua prezada família, a sociedade e o povo do Ceará-mirim, e o Estado em geral, aos quais renovamos os nossos pêsames.

HELIODORO FERNANDES BARROS

Raimundo Nonato

HELIODORO FERNANDES BARROS – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, com a turma do ano 1895, e da qual entre outros, faziam parte os norte-rio-grandenses Hemetério F. Raposo da Câmara, Heráclio Araújo Vilar e Horácio Barreto de P. Cavalcanti.

Nasceu no Município de Ceará-mirim, a 23 de julho de 1873.

Era filho legítimo do Dr. José Inácio Fernandes Barros, que instalou a Comarca de Ceará-mirim, criada pela Lei Provincial n. 733, de 12 de agosto de 1875. E foi nomeado Juiz de Direito da dita Comarca a 14 de fevereiro, assumindo o exercício desse cargo a 18 de agosto de 1877. Na qualidade de vice-presidente, esteve o Dr. José Inácio(*) no exercício do Governo, por pouco tempo. Era genitora do Dr. Heliodoro Fernandes, Dona Ana Fernandes Barros, filha do Barão de Ceará-mirim, Manuel Varela do Nascimento.

Depois da formatura ingressou o Dr. Heliodoro Barros, na magistratura do Estado, sendo Promotor Público da Comarca de Ceará-mirim – 1897-1904; Juiz de Direito da Comarca de Mossoró, 1908 e Juiz de Direito da Comarca de Macaíba, 1908-1909.

Casou-se com Dona Amélia Dulce de Castro Fernandes Barros de descendência da família portuguesa. Não houve filho do consórcio.

No ano de 1903, visitou Portugal, em viagem de recreio, em companhia de sua esposa.

Retirando-se do Estado, fixou-se no Rio de Janeiro, sendo alto funcionário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
Faleceu a 14 de abril de 1922.

(*) – Eleito vice-presidente pelo Congresso Estadual. Tomou posse a 3 de março de 1891.

NONATO, Raimundo. Bacharéis de Olinda e Recife, p. 168.

NECROLÓGIO DO DR. HELIODORO BARROS

DR. HELIODORO BARROS – Tivemos, ontem, a infesta notícia de haver falecido, no Rio de Janeiro, onde residia, o Dr. Heliodoro Barros, funcionário do Supremo Tribunal Federal e distinto patrício nosso.

O Dr. Heliodoro, ainda moço, era filho do Dr. José Inácio Fernandes Barros, antigo Juiz de Direito do Ceará-mirim, e pertencia a ilustre família Varela, daquele município. Era casado com a distintíssima senhora Dona Amélia Fernandes Barros, que lhe sobrevive. Sem filhos.

Logo depois de formado, o Dr. Heliodoro Barros iniciou sua vida pública, como promotor público da Comarca do Ceará-mirim, e, por tal modo se houve, tanta capacidade revelou, que o Dr. Augusto Lyra, ao assumir o Governo do Estado, nomeou-o Chefe de Polícia, cargo que continuou a exercer durante a primeira administração do Dr. Antônio de Souza.

Deixando a chefatura de polícia, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Macaíba, que, apenas instalou, pedindo demissão, para fixar residência no Rio de Janeiro.

O Dr. Heliodoro Barros possui o trato fidalgo, proverbial na sua família. Inteligente e trabalhador, sempre foi um magistrado e um funcionário íntegro.

À sua desolada viúva e aos demais membros de sua família, especialmente os seus primos, Drs. Manuel Varela e Otávio Varela, apresentamos a expressão do nosso profundo pesar.

UM ECIANO CHARADISTA

Nilo Pereira

*Afortunado Jacinto, na verdade! Agora,
entre campos que são teus e águas que te
são sagradas, colhes enfim a senhora e a
paz.*

Eça de Queiroz
A cidade e as Serras

Com a morte de Riquette Pereira desapareceu um dos grandes charadistas que o Brasil possuía. Não há nisso exagero nenhum.

A charada não era para ele um simples e amável passatempo; era um exercício intelectual, exigindo cultura, agilidade mental, presença de espírito, talento.

Sua vida foi a que pôde levar um homem que teve a grande, a invencível paixão dos livros. E o interessante é que não possuía propriamente uma vasta biblioteca; mas, os livros que considerava fundamentais e inevitáveis, e os escritores que mais amava, eram o seu prazer cotidiano.

Ninguém leu mais aproximadamente o velho Eça do que ele. Era um verdadeiro culto sagrado pelo romancista, que o encantava nas suas horas silenciosas: horas em que eu o vi mais duma vez debruçado sobre os romances ecianos, tão de sua intimidade.

E o certo é que afinavam na mesma ironia, sendo que, em Riquette Pereira, homem afeito as doçuras do vale, a malícia, se é bem esse nome, lhe saía suavemente na conversa, sem ferir a

ninguém. Era o que se pode chamar uma ironia piedosa, quase “santa”, como mandava Eça.

O Ceará-mirim perdeu um dos elos mais autênticos e nobres representantes da aristocracia rural na pessoa de Riquette Pereira, para quem a terra, como acontecia com os barões feudais, ele próprio quase um barão, era a própria vida. Nunca saiu do Ceará-mirim, a não ser para estudar Medicina na Bahia ou em rápidas fugas para o Recife - o velho Recife que tanto amava, terra de sua esposa, a grande pianista Augusta Vaz Pereira, de quem ouviu valsas inesquecíveis no piano da casa-grande no engenho Guaporé. Nem nunca amou outras paisagens que não fossem as daquele cenário verde, onde os engenhos repongiam como marcos senhorial duma civilização e duma cultura já a seu modo desfiguradas.

Ali viveu e morreu, docemente, como se o sonho de sua vida fosse o próprio sonho de sua velha cidade, adormecida na poesia do vale, entre paisagens familiares e encantamentos.

Vi-o muitas vezes na velha e esplêndida casa do Guaporé, ou lendo seus livros prediletos, ou arquitetando suas charadas – as charadas com que, sob o pseudônimo de **Ripper**, aparecia vitoriosamente nos melhores almanaque.

Compreendo, hoje, que havia na sua serenidade alguma coisa do patriarcalismo urbano dum Afonso da Maia, quando não fosse o entusiasmo rural dum Jacinto, sem os antecedentes parisienses convertidos a paz bucólica duma nova Guiães.

Entre livros e charadas esse homem ao mesmo tempo do vale e da cidade representava no antigo Ceará-mirim uma aristocracia do pensamento e da inteligência – Vicente Inácio Pereira.

Ponho-me, à distância do tempo, que envolve essas lembranças, a meditar nesse exercício intelectual, que é a charada, hoje quase completamente esquecido. Tenho a impressão de que os charadistas se apresentam mais misteriosos (dou a essa classificação (?) um sentido poético, aquele sentido que fazia dizer a Jean Cocteau que a poesia é sobretudo noturna) do que, até certo ponto, os poetas, pois estes falam uma linguagem que, por vezes, vem de Deus ou do coro das estrelas; enquanto os charadistas são quase esotéricos.

Se o poeta se oculta no seu enigma e emprega uma linguagem que pode ser obscura para a interpretação comum, como a das parábolas, o charadista brinca de esconder com o seu público, construindo enigmas através dos quais ele próprio se, refugia, pedindo que mostrem onde o encontraram e como o entenderam.

São dois mistérios diferentes, convenhamos desde já, o da poesia e o da charada; e nem ao menos por pensamento cometria o pecado de confundi-los. Mas, a sutileza do charadista – sutileza que eu chamaria de pirandeliana, porque, na verdade, ele é um personagem a procura de si mesmo – não é menos interessante e digna dum estudo talvez crítico, talvez filosófico.

Creio que não haveria motivo melhor para um conto do que o fazedor de charadas. Machado de Assis, que escreveu aquela forte página sobre o funcionário público aposentado, bem que podia ter deixado uma análise muito ao seu gosto psicológico do charadista; ou, pelo menos, ter dado à charada a mesma importância literária que concedeu ao xadrez, pois ambos são exercícios mentais que predispõem o homem a vitória da inteligência um tanto lógica. Mais lógica do que mágica.

Riquette Pereira exerceu esse esporte literário – chamemo-lo assim – para o qual se exige um bom conhecimento geral das coisas, “verve”, grande talento arquitônico através do qual o mistério aparece como uma construção fantástica onde só penetrarmos depois de haver passado por todas as câmaras da fantasia caprichosa, quase geométrica, do charadista.

Esse capricho da fantasia – ou seja, a charada – fez uma boa parte da vida de Riquette Pereira. Não tenho dúvida que essa foi uma maneira sua de exercer de certo modo a literatura, refugiando-se do pseudônimo charadístico que não pode ser menor nem menos brilhante do que tantos outros que ilustram a vida literária.

Bem que podia ter ele escrito a história do Ceará-mirim, uma história mais social, de que foi participante, do que talvez documental: tinha para isso a vivência criadora dos fatos, a emoção da terra, a inteligência viva e brilhante. Lido em Eça de Queiroz – como talvez ninguém o fosse mais no Ceará-mirim – podia ter feito ao modo eciano, que era o seu espelho estético, uma história assim como a dos Ramires, porque da crônica da velha terra é inseparável a noção de ilustres casas que, representaram a tradição local, o trabalho criador, o progresso político e econômico. Tarefa que tenho por mais de uma vez sugerido a Edgar Barbosa – o maior escritor produzido pelo Ceará-mirim em qualquer tempo – ou a Ruy Pereira autêntico senhor de engenho que é um escritor nato. Escritor não é aquele que publica livros, mas aquele que sabe escrever. Ruy Pereira – não hesito em dizê-lo – é esse escritor sem livros publicados, verdadeiro memorialista, cujas cartas, conservadas em meu arquivo, são páginas literárias dum criador de paisagens.

A falta, justamente, desses livros é que aqui deixo essas impressões tão pessoais de minha terra e de minha gente, sem me arreceiar – quero logo dizer – que digam que as escrevo, dum modo possivelmente elegíaco, para falar um pouco de pessoas de minha própria família. Culpa não tenho que essa família tenha sido das mais ligadas ao passado do Ceará-mirim: - não mais nem, menos de que muitas outras, como se verá no decorrer deste ensaio, que não visa a primazia, e sim a uma visão mais paisagística do que histórica do Ceará-mirim; embora a história da cidade, esparsamente colhida em velhos jornais, aqui também esteja em fatos sociais, políticos e econômicos que, não raro, chegaram ao próprio Nordeste.

Uma figura como Riquette Pereira não entra aqui – como outras entrarão – senão como homenagem do memorialista a quem tanto se fez conhecer por suas qualidades pessoais. Até parece que o vejo ou no Guaporé – às vezes ensinando Francês ou Português aos filhos em mesa redonda de tampo de mármore ou na sua casa da antiga Rua Grande, sempre entre livros, conversando mansamente, construindo o seu mundo próprio, que era a charada. Ou lembrando trechos de Eça de Queiroz.

Quando estive em Paris, diante da casa onde morou o romancista lusitano, que deveria ser, possivelmente, o famoso 202 de Jacinto, meu pensamento se voltou para esse eciano do Ceará-mirim, que foi quem primeiro me falou de Eça – um nome que guardei.

A LEGENDA DOURADA

Nilo Pereira

“No Guaporé dessa época a figura marcante era a de Riquette Pereira.

Homem de fina inteligência. Charadista conhecido, em todo o Brasil. Leitor apaixonado de Eça de Queiroz. Quando Lauro já começava a ler romances, ele recomendava:

– Leia **A Cidade e as Serras**. Que beleza de estilo, quanta suavidade! É o elogio da paisagem portuguesa”.

Riquette casou, no Recife, com Dona Augusta, filha do Dr. Augusto Vaz, Diretor da Faculdade de Direito. Muitos lentes da Faculdade – dentre os quais Gervásio Fioravanti, admirável poeta – vinham com o Dr. Augusto passar as férias no Guaporé. Era um refúgio paradisíaco. O Dr. Augusto ia, às vezes, até a fazenda Serra Aguda. O leite era abundante. A paisagem repousante. Viajava-se de trem até certo ponto; daí por diante de liteira ou a cavalo. Repetia-se Debret em pleno sertão, no inverno”.

“O Pará, em plena euforia do ciclo da borracha, atraía a juventude. Muitos foram procurar naquele Eldorado a riqueza de que tanto se falava. O Dr. Octávio de Gouveia Varela, padrinho de Lauro, foi um deles. Fausto Pereira, outro. Mas não demoraram. Voltaram à terra que os prendia como se tivesse visgo”.

“Nos sertões do Guaporé, ou mesmo na rua, Fausto recordava os seus tempos de aluno interno em Itu, São Paulo, no colégio dos padres jesuítas. Itu e o Caraças eram os colégios mais famosos da época. Ele lembrava os professores, dentre os quais o Padre Rafael Gallanti, historiador; e, dentre os colegas, Altino Arantes, mais tarde governador de São Paulo”.

NECROLÓGIO DE FAUSTO VARELA PEREIRA

FALECIMENTO – FAUSTO PEREIRA

Por algum tempo internado no Hospital “Juvino Barreto”, faleceu no dia 30 de dezembro último, nesta capital, o nosso digno e prezado conterrâneo, Sr. Fausto Varela Pereira, funcionário de categoria das Obras do Porto.

Nascido na vizinha cidade de Ceará-mirim, membro de uma das mais ilustres, tradicionais famílias do Estado, há muitos anos residia em Natal, onde conquistara dilatado círculo de simpatia e estima, graças as suas qualidades de coração e espírito, aliadas a essa gentileza e cavalheirismo, que faziam encantadora a sua convivência, e são característica temperamental da nobre linguagem de que descendia.

Deixa viúva a Exma. Sra. Dona Beatriz Pereira, e quatro filhos maiores: Dr. Nilo Pereira, brilhante escritor católico, residente no Recife, e Sras. Dalila, Carmem e Conceição, casadas, respectivamente, com o Dr. Francisco Sobral, residente no Rio, Sr. Cícero Fernandes, residente em Areia Branca, e o 1º sargento Antônio Tibúrcio da Silva, do 21º B. C.

A todos da ilustre família enlutada, especialmente ao Dr. Nilo Pereira e Francisco Sobral, nossos antigos e assíduos colaboradores, fazemos chegar a expressão cordial dos nossos sentimentos.

O BARÃO DO CEARÁ-MIRIM – FONTES

ANTUNES PEREIRA, Maria Madalena. Oiteiro (Memórias de uma Sinhá Moça). Rio de Janeiro Irmãos Pongetti Editores, 1958.

O BRADO CONSERVADOR (Jornal). Necrológio do Barão do Ceará-mirim. Edição de 23.03.1881.

CÂMARA, Adauto da. Diversos & Dispersos. Rio de Janeiro, 1998.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Governo do Rio Grande do Norte. Natal: Livraria Cosmopolita – F. Aranha, 1939.

O Barão do Ceará-mirim (Acta Diurna). A REPÚBLICA (Jornal), edição de 03.03.1943.

José Inácio Fernandes Barros (Acta Diurna). A REPÚBLICA (Jornal), edição de 03.03.1940.

Maneco Varela (Acta Diurna). A REPÚBLICA, (Jornal), edição de 06.12.1958.

Os Barões Norte-rio-grandenses – I – Barão do Ceará-mirim. Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande, vols. XXXVIII-XL – 1940-1943.

Uma História da Assembléia Legislativa dório Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

História do Rio Grande do Norte (2^a ed.). Natal: Fundação José Augusto / Rio: Achiamé, 1984.

CORREIO DE NATAL (Jornal). Necrológio do Dr. Vicente Inácio Pereira. Edição de 24.11.1888.

DIÁRIO DO NATAL – (Jornal). Necrológio de D. Joana Florinda de Gouveia Varela. Edição de 15.10.1905.

DIÁRIO DO NATAL – (Jornal). Necrológio do Dr. José Inácio Fernandes Barros. Edição de 13.10.1907.

FALA COM O EXMº. SR. DR. JOÃO CAPISTRANO BANDEIRA DE MELO FILHO ABRIU A 1^a SESSÃO, &. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1874.

FERREIRA NOBRE, Manoel. Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

LEITE NESI, Jeanne Fonseca. A Casa-Grande do Barão do Ceará-mirim. Jornal O POTI, edição de 04.08.1991.

A Casa-Grande do Engenho Guaporé. Jornal O POTI, edição de 11.08.1991.

O prédio da Secretaria de Educação do Ceará-mirim. O POTI (Jornal), edição de 15.09.1991.

LIMA, Nestor. Ceará-mirim, o Município. Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Norte. Vols. XXVII-XXVIII – 1930-1931.

LINS WANDERLEY, Luiz Carlos. Visita Episcopal do Exmº e Revmº Sr. D. José da Silva Barros e algumas Paróquias do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia do “Correio do Natal, 1882”.

MOYA, Salvador de. Anuário Genealógico Brasileiro, Ano II, 1940. Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro, 1940.

NONATO, Raimundo. Bacharéis de Olinda e Recife (Norte-riograndenses formados de 1832 a 1932). Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, Editores, 1960.

PEREIRA, Nilo. Imagens do Ceará-mirim. Natal: Imprensa Universitária, 1969.

Vencidos do Tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Recife – Secret. de Est. De Pernambuco, 1987.

A Rosa Verde (crônicas quase Romance). Recife: Universidade Fed. de Pernambuco. Editora Universitária, 1982.

A REPÚBLICA (Jornal). A Baronesa do Ceará-mirim. Edição de 21.07.1890.

Necrológio de Heliodoro Barros. Edição de 19.04.1922.

Necrológiode Dr. Manuel de Gouveia Varela – I parte. Edição de 03.10.1923, de A REPÚBLICA (Jornal).

Necrológiode Dr. Manuel de Gouveia Varela – II parte. Edição de 06.10.1923, de A REPÚBLICA (Jornal).

A REPÚBLICA, edição de 09.16.1931, Necrológio de Dona Isabel Augusta Varela Pereira.

Necrológio de Fausto Varela Pereira. Edição de 04.01.1935.

II PARTE

O BARÃO DE MIPIBU

INTRODUÇÃO

Apenas quatro norte-rio-grandenses foram agraciados com o título de Barão, à época do Império. Dois deles, representantes da pecuária e do sertão da Província: Felipe Néri de Carvalho e Silva, Barão da Serra Branca, e Luís Gonzaga de Brito Guerra, Barão do Assu. Ligados a zona próxima ao litoral e ao mundo canavieiro, Manuel Varela do Nascimento, Barão do Ceará-mirim, e Miguel Ribeiro Dantas, Barão de Mipibu.

Na primeira parte deste livro, tratamos da biografia do Barão do Ceará-mirim, utilizando-nos do material disponível sobre o assunto.

Agora, abordaremos a figura do Barão de Mipibu. Lamentamos não poder dispor dos inventários de bens relativos às duas figuras estudadas. Mas, afora tal coluna, procuramos estudar aquelas figuras aristocráticas, utilizando-nos do que nos foi possível obter.

Muitos curiosos que passam a estudar a concessão dos títulos nobiliárquicos, julgam que tal ocorrência era “comprada” pelos ricos da época. Todavia, sempre os agraciados foram indicados a Corte pelos Presidentes das províncias e possuíam eles uma folha de bons serviços prestados a coletividade. Foram tais agraciados, vereadores, juízes ordinários, juízes de órfãos, mem-

bros da Guarda Nacional, etc. Latifundiários, com extensa influência sobre os contingentes humanos de suas regiões.

Julgamos que o Barão de Mipibu foi uma figura merecedora da homenagem que lhe foi prestada, como legítimo representante do mundo canavieiro que lhe transmitiu o topônimo.

GENEALOGIA DE MIGUEL RIBEIRO DANTAS E MARIA FLORÊNCIA VIANA

Miguel Ribeiro Dantas, o 2º do mesmo nome, nasceu em 9 de maio de 1799, sendo filho do casal José da Silva Leite – Joaquina Maria Ribeiro Dantas. Casou-se ele com uma prima legítima, Maria Florêncio Viana, filha de Antônio Bento Viana e Maria Joaquina Ribeiro Dantas. O casamento de Miguel e Maria Florêncio, ocorrido em 1826, durou apenas um mês. O único filho do casal foi Miguel Ribeiro Dantas Júnior, nascido em 1827. Maria Florêncio, nascida por 1810, já era falecida em janeiro de 1834.

Aos 19 de fevereiro de 1820, Miguel tomava posse como vereador em São José do Mipibu; em 1º de novembro de 1823, novamente ocupava o mesmo cargo; a 1º de novembro de 1828, era empossado como juiz ordinário; de 7 de janeiro de 1833 a 7 de janeiro de 1837, presidiu a Câmara Municipal de São José de Mipibu; novamente vereador, de 7 de janeiro de 1841 a 7 de janeiro de 1845. Morava no seu engenho Lagoa do Fumo, em S. José.

Foi coronel comandante-superior da Guarda Nacional. Agradiado com o título de Barão de Mipibu, por decreto imperial de 18 de março de 1877. Em 1879, fez construir um prédio na vila, destinado a funcionar como casa de instrução.

O Barão faleceu a 14 de junho de 1881, aos 82 anos de idade, sepultando-se no cemitério público da vila de São José de Mipibu.

JOSÉ DA SILVA LEITE E JOANA MARIA RIBEIRO DANTAS

Natural de Portugal, em 24 de setembro de 1818 obtinha uma data e sesmaria em São José de Mipibu, onde já fora levantado o engenho Boa Vista.

Casado com Joana Maria Ribeiro Dantas, filha do português Miguel Ribeiro Dantas e Antônia Xavier de Barros.

Em 30.08.1803, José da Silva Leite era empossado como juiz ordinário, em São José de Mipibu; a 01.11.1805, era novamente empossado no mesmo cargo eletivo.

Em data anterior a 26 de março de 1806, requereu ele ao príncipe regente, D. João, pedindo confirmação de carta patente do posto de capitão de uma das companhias das Ordenanças da vila de São José de Mipibu, passada pelo governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Em 1º de novembro de 1814, Leite era empossado como juiz ordinário, em São José de Mipibu; novamente empossado no mesmo cargo, em 1º de novembro de 1814; em 4 de fevereiro de 1818, como juiz de órfãos.

ANTÔNIO BENTO VIANA E MARIA JOAQUINA RIBEIRO DANTAS

Natural de Portugal, Antônio Bento casou-se duas vezes. Primeiramente com Maria Joaquina Ribeiro Dantas, filha do português Miguel Ribeiro Dantas e Antônia Xavier de Barros.

À época em que residiu em São José de Mipibu, foi proprietário do engenho Sapé, herdado dos sogros.

Em 11 de janeiro de 1806, Antônio Bento tomava posse como vereador; aos 13 de fevereiro de 1809, era empossado como juiz ordinário; a 1º de novembro de 1819, novamente era empossado no mesmo cargo.

Em 1843, já era proprietário do engenho Carnaubal, em Ceará-mirim e nele introduziu a primeira moenda a ferro, no sentido horizontal. À época, ele era um dos homens mais ricos da Província.

Viana foi um dos fundadores do Ceará-mirim, como doador de terras destinadas ao patrimônio da Matriz e onde seria edificada a atual cidade.

Antônio Bento faleceu entre os anos de 1858 e 1860.

MIGUEL RIBEIRO DANTAS (o português) e ANTÔNIA XAVIER DE BARROS

Miguel era natural de Lisboa, Portugal, vindo ao mundo por volta de 1740. Casou-se em São José de Mipibu ou em Goianinha, com Antônia Xavier de Barros, filha do casal Ascânio de Barros Brandão e Maria do Ó da Soledade. Foi coronel das Ordenanças.

Ribeiro Dantas tomou posse como vereador, em São José de Mipibu, em 19 de dezembro de 1770; em 10 de janeiro de 1779, nova posse, como juiz ordinário; em 1º de novembro de 1789, como juiz de órfãos. Faleceu em 1795, com inventário processado em 1797.

ASCÂNIO DE BARROS BRANDÃO E MARIA DO Ó DA SOLEDADE

Ascânio era natural de Olinda, Pernambuco. Maria do Ó também aparece com o sobrenome Silveira. Era filha do casal Domingos Martins da Costa Baião – Catarina da Silveira de Macedo.

DOMINGOS MARTINS DA COSTA BAIÃO – CATARINA DA SILVEIRA DE MACEDO

Domingos era português, natural do Porto, casando-se em Cobé, Paraíba, com Catarina da Silveira de Macedo.

DATA E SEMARIA CONCEDIDA A JOSÉ DA SILVA LEITE

José Inácio Borges, Comendador da Ordem de Cristo, Coronel &c. Faço saber que José da Silva Leite me fez o requerimento do teor seguinte:

“Ilmoº. Sr. Gov.: Diz o Cap. José da Silva Leite, morador no Engenho denominado Boa Vista, do termo da vila de São José, desta Capitania, que ele goza por si, em forma pacífica, do útil domínio das terras em que fundou o dito Engenho, que lhe foram concedidas por Agregação dos Índios desta Vila, na conformidade do régio Diretório desta Vila, confirmado pelo Alvará de 17 de agosto de 1758, cuja terra parte: do Leste, confina com as cercas do Engenho São Miguel, correndo o marco que divide as terras que doou Catarina Monteiro aos ditos índios; ao Sul, com terras que foram de José da Fonseca, hoje pertencentes aos ditos Engenho São Miguel, e terras de José Francisco Ribeiro; pelo Oeste, contesta com terras de Manuel Inácio, e José de Aguiar; para o Norte, correndo pela cerca do dito Engenho São Miguel, a estrada que vai da dita Vila para o Retiro, servindo esta de limite; e porque uma das principais cláusulas do seu agregado é obter das terras concedidas Carta de Data, como determina o mesmo Régio Diretório, quer o Suplicante que lhe mande passar em Nome de Sua Majestade, para si e seus descendentes, debaixo das condições que dispõem os \$ 80 até 86, do

mesmo Diretório. Pede a V. S. se sirva, assim, a mandar e receberá mercê”.⁵

Gabriel Arcanjo de Lira, Diretor dos Índios de São José de Mipibu, informou em 12.09.1818: “Quanto à casa que deve ter na vila, esta se acha com paredes de pedra-e-cal, e levantada até o respaldo, e me consta estar chegando madeiras para a acabar”.

A carta de data e sesmaria foi assinada em 24.09.1918.

DATA E SESMARIA CONCEDIDA A ESTEVÃO JOSÉ DANTAS

José Inácio Borges &. Faço saber aos que esta Carta de Data virem, que Estevão José Dantas me fez o requerimento, do teor seguinte: "Ilmº. Senhor Governador: Diz Estevão José Dantas, morador na vila de São José, desta povoação, que ele é senhor e possuidor do útil domínio de quatrocentas braças de terra, do Patrimônio do Índios da dita Vila, sítio denominado Sapé, na Ribeira do Trairi, que foram concedidas ao Capitão Manuel Pegado de Siqueira, como agregado dos ditos índios; deste, passaram aos pais do Suplicante, o Cel. Miguel Ribeiro Dantas e sua mulher Dona Antônia Xavier de Barros, por falecimento dos quais passou por herança a seu cunhado Antônio Bento Viana, de quem as houve o suplicante por demissão que delas fez ao Suplicante, e como tudo se acha nos documentos juntos, e suposto que esteja o Suplicante em posse pacífica das referidas quatrocentas braças, faz mais de trinta e quarenta anos, por si, seus antepassados, sem contradição alguma, digo, de pessoa alguma, contudo nunca cuidaram de outra data para consolidar o concurso delas, sendo uma das condições expressas no § 6º da lei diretorial, em consequência da qual parte, quer o Suplicante que V. S. lhe mande passar sua carta de data das sesmaria, as quatrocentas braças de terra no mesmo sítio, confinando, pelo Leste, com terras que foram dos frades do Convento do Carmo da Paraíba; para Oeste, com as terras da Agregada Dona Agostinha Martins de Souza, hoje de Dona Ana Joana Xavier (...); para o Norte, com terras da Ilha, do Patrimônio do Carmo da dita Vi-

la, com o Engenho Belém, do agregado Luís de Albuquerque Maranhão; para o Sul, as braças que se achar, e confinam com as (...) deste rumo, servindo de limite a estrada velha que sobe na Cruz do Ribeiro, e segue para o Rio Baldum; para melhor definir seu engenho de fazer açúcar e as gozar na forma que dispõe o Régio Diretório”.⁶

A data e sesmaria do Sapé foi concedida aos 06.10.1821.

A FAMÍLIA RIBEIRO DANTAS

Luís da Câmara Cascudo

Miguel Ribeiro Dantas, de Lisboa, estava em São José de Mipibu em dezembro de 1773, quando requeria terras, dizendo-se natural da vila de São José do Rio Grande do Norte. Casara com Dona Antônia Xavier de Barros, filha de Ascânio de Barros Brandão, de Olinda, e Dona Maria do Ó da Soledade, filha do português Domingos Martins da Costa Baião e de Dona Catarina da Silveira. Em novembro de 1795, Dona Antônia Xavier de Barros era viúva. O inventário do primeiro Miguel Ribeiro Dantas foi processado em 1797. Deixou sete filhos: 1) Ana Maria Dantas, casada com Francisco José Alves Guimarães, a 20 de novembro de 1790. O noivo era filho de Manuel de Abreu e Inácia Tinoco, da freguesia de São Jorge de Lima, acerbispado de Braga, Portugal. 2) Antônia Xavier de Barros casada com José Coelho de Souza, filho de José Coelho de Souza e Dona Maria Nunes, da freguesia de São Salvador, Bispoado de Penafiel, Portugal. O casamento é de 12 de novembro de 1795 e o noivo era menor. 3) Tenente Estevão José Dantas, casado em Natal, a 27 de agosto de 1804, com Dona Maria Joaquina de Souza e Oliveira, filha de Antônio José de Souza e de Ana Teixeira de Melo. Estevão faleceu em 1825. 4) Maria, casada com o português Antônio Bento Viana, um dos fundadores da atual cidade do Ceará-mirim. 5) Joana Maria Dantas, casada com José da Silva Leite. Em 1797 a noiva era menor. 6) Josefa. 7) Francisca.

Joana (5) é a mãe de Miguel Ribeiro Dantas, 2º do nome e que foi Barão de Mipibu, de Delfina (casada com Alexandre Rates), de Francisca, casada com Inácio Ribeiro, e de Maria Angélica, que se casou com o terceiro Miguel Ribeiro Dantas, seu sobrinho, filho do Barão de Mipibu.

Maria (4), que eu sabia, apenas abençoou uma outra Maria, casada com o primo Miguel Ribeiro Dantas, Barão de Mipibu, pais do 3º Miguel Ribeiro Dantas e que, por sua vez, só deixou uma filha, Maria Generosa, com quem casou o Dr. Olinto José Meira, em segundas núpcias.

Estevão José Dantas (o 3º na ordem do inventário) deixou filhos: - o Comandante-superior Antônio Basílio Ribeiro Dantas, o padre Joaquim Severiano Dantas, o professor José Ribeiro Dantas, o Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas e Estevão, segundo do nome. Todos tiveram descendência.

Essa origem das gens dos Ribeiro Dantas no Rio Grande do Norte. Vivem os netos e bisnetos, multiplicados e divididos em todos os departamentos da atividade humana. Fácil será reconstruir a desejada árvore genealógica, conhecidos, agora os troncos ancestrais com prova exata e documental”.⁷

BARÃO DE MIPIBU

Miguel Ribeiro Dantas nasceu a 9 de março de 1799. O pai, José da Silva Leite, dera ao bebê o nome do sogro, português de Lisboa, falecido três anos antes de ver o neto. A mãe Dona Joana Maria Dantas, que em 1797 era menor, deve ter ficado contente. Todos os Ribeiros Dantas eram proprietários em São José de Mipibu e o segundo Miguel passou a meninice na vida livre e sadia dos engenhos de açúcar.

Não sei onde aprendeu a ler e a contar. Foi, depressa, herdeiros das tradições da família, possuindo terras, fundando safras, vigiando o empilhamento das formas que eram enviadas para Pernambuco, pela praia de Pirangi. Para todos os efeitos, era um senhor de Engenho, rico, agasalhador e senhorial.

Na idade do amor, procurou uma prima, na praxe endogâmica das dinastias rurais. No vale do Ceará – Mirim estava Antônio Bento Viana, dono de engenhos e fazendas, senhor do “Carnaubal”, o mais lindo canto da região. Antônio Bento Viana doara a igreja, o terreno onde a vila se ergue, paralelogramo limitado ao norte pelo álveo do rio e ao sul com a estrada das Antas. Casara Bento Viana com Dona Maria Dantas, irmã da mãe do jovem Miguel Ribeiro Dantas. Havia uma menina bonita, priminha, chamada Maria. Miguel chegou, viu e se apaixonou. Casamento faustoso, alegria geral, auspícios entusiásticos. Começou a lua-de-mel.

Dias depois, o marido convidou a esposa para a viagem de regresso. A recém-casada pediu alguns dias de espera. Outra sugestão para o retorno. Novo pedido para demorar. Miguel Ri-

beiro, serena ou berrantemente, declarou a Dona Maria que voltaria para São José, com ela ou sem ela. O dia amanheceu. Miguel Ribeiro Dantas viajou sozinho. Nunca mais viu a mulher.

Esgotado o prazo da lei, nascia, em 1825, um filho, Miguel Ribeiro Dantas, terceiro do nome, o famoso Miguel Ribeiro, do "Diamante".

Em São José, ano após ano, a fortuna de Miguel Ribeiro se alastrava. Fazendas, sítios, engenhos, campos, serras, rios, florestas tudo era seu. As melhores propriedades pertenciam-lhe, como "Laranjeiras", "Tapuia" e a célebre "Lagoa do Fumo", onde estava a casa-grande. Em todo litoral da Província, sabiam todos, era o maior possuidor de ouro em moeda. Tinha uma mala cheia, reluzente, faiscando como uma tentação.

Conservador, nunca figurou na Assembléia Legislativa. Falava gritando, dando abraços e sabendo receber a quem o procurava. Era homem de gestos esplêndidos. O Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti uma vez precisou desesperadamente de quarenta contos. Exigiam esse dinheiro para pagamento imediato da arrematação do dízimo de gado que o Dr. Amaro fizera para distribuir entre os correligionários. Fabrício Gomes de Pedroza, de Guarapes, emprestaria a quantia como endosso de um padre e dois coronéis. O Dr. Amaro correu a um coronel, Antônio Basílio Ribeiro Dantas e a um padre João Jerônimo da Cunha, o "O Padre do Bosque", e recebera excusas gentis. Apelou para Miguel Ribeiro, seu adversário, amigo pessoal. Miguel Ribeiro, alto, magro, sisudo, narigão comprido, fanhoso, pediu ao grande chefe liberal um encontro em Guarapes. Avistaram-se na manhã seguinte. Miguel explicou que, não querendo faltar ao amigo,

trazia um endosso idôneo para o empréstimo que Fabrício Pederzoa faria. E ofereceu uma bruaca repleta de moedas de ouro. Era o endosso. Apenas, declarou, não queria receber juros e sim aquele mesmo saco, com as mesmas moedas. E, sem esperar agradecimentos, galopou para São José. O Dr. Amaro levantou o dinheiro, pagou a dívida e, meses depois, enviava, com uma carta floreada, a bruaca preciosa. Anos depois subiu o Gabinete Rio Branco, conservador. Amaro Bezerra contava com um amigo velho, apesar de adversário. Era o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro do Império. Voou a João Alfredo e narrou a história espantosa do correligionário ministerial. João Alfredo entusiasmou-se. Por decreto de 28 de março de 1877, Miguel Ribeiro Dantas era feito Barão de Mipibu.

Antes, mandara construir um edifício confortável, doando-o ao município para a instrução pública. Foi feito Coronel Comandante da Guarda Nacional e há retrato seu, fardado, imponente. Presidiu a Câmara Municipal de São José, de 7 de janeiro de 1833 a 7 de janeiro de 1837.

Faleceu a 14 de junho de 1881. Sepultou-se no cemitério da cidade.

Deixou uma lenda, lenda de tesouro enterrado. Seu filho único encontrou-se riquíssimo, com engenhos, fazendas, gados, casas, mas não achou uma só moedinha de ouro, das milhares que o Barão de Mipibu estirava ao sol, sobre grandes couros de boi, para arejar, guardadas pelos escravos fiéis, de olho vivo e bacamarte ponteiro.

Dentro da terra de São José, numa propriedade, está o ouro do Barão de Mipibu, esperando a visita do herdeiro que o acaso indicará..

Edição de 11.05.1941.

MIGUEL RIBEIRO DANTAS

Nasceu a 9 de maio de 1799. Filho de José da Silva Leite e Dona Maria Dantas, seu nome é uma homenagem ao avô materno, português falecido três anos antes. Sobre o seu casamento com sua prima, realizado em Ceará-mirim, em 1824, há um interessante episódio narrado por autor que desconhecemos (1) e que, pelo pitoresco que encerra, não nos furtamos de reproduzir: “Quando passou uma semana, Miguel convidou a esposa para regressar a São José. A prima recusou. O marido concedeu-lhe seis dias para pensar. Esgotado o prazo, viajou sozinho. A mulher ficou no Carnaubal, o marido fixou-se em São José de Mipibu e nunca mais se viram”. Dedicando-se a agricultura, amealhou considerável fortuna, principalmente em moedas de ouro, das quais possuía malas repletas. Era dono das melhores propriedades de São José: Lagoa do Fumo, onde morava, Laranjeiras e outras. Politicamente pertencia ao partido conservador. Sua atuação, entretanto, não foi além da esfera municipal; começou como vereador em 1824, elegendo-se novamente de 1841 a 1845. Foi ainda Juiz Ordinário em 1829, Presidente de 1833 a 1837 e Coronel da Guarda Nacional. Em 1879 doou o prédio para a Casa de Instrução, que posteriormente receberia o seu nome. Em 18 de março de 1877, graças à interferência de Amaro Cavalcanti em episódio narrado por Luís da Câmara Cascudo. Faleceu em São José a 14 de julho de 1881.

GUERREIRO BARBALHO, Gilberto. História do Município de São José de Mipibu. p 164.

ENGENHO LAGOA DO FUMO

Pedro Freire

Dando prosseguimento ao assunto em pauta, passaremos a enumerar os dados biográficos e atuação do aristocrata e rico fazendeiro Miguel Ribeiro Dantas, alguns fatos relacionados ao secular e histórico **Engenho Lagoa do Fumo** e finalmente, uma seqüência de acontecimentos ocorridos na fazenda do mesmo nome, a partir do início do século XIX até o presente.

Miguel Ribeiro Dantas nasceu em São José de Mipibu no dia 09 de maio de 1799. Era filho de José da Silva Leite e de Joana Maria Dantas. Casou-se aos 25 anos de idade separando-se em seguida. Desse matrimônio nasceu um único filho que foi batizado com o mesmo nome e sobrenome do pai. Foi fazendeiro e capitalista. Possuía grandes fazendas, sítios, campos e engenhos, destacando-se Lagoa do Fumo. Residia na casa grande daquela fazenda sede, de onde administrava todos os seus negócios e o vasto e incalculável patrimônio espalhado por todo o município Mipibuense. Politicamente pertencia ao partido conservador da época. Sua atuação, entretanto, não foi além da esfera municipal. Começou como vereador em 1824, elegendo-se novamente de 1841 a 1845. Foi ainda Juiz Ordinário em 1929, Presidente da Câmara local de 1833 a 1837 e Coronel da Guarda Nacional. Em 18 de março de 1877, por decreto imperial recebeu o Título Nobiliárquico de Barão de Mipibu. Em toda sua vida desenvolveu a Agro Pecuária nos campos de suas fazendas e a cultura da cana de açúcar, para a fabricação de açúcar mascavo e

seus derivados, amealhando considerável fortuna. Consta que o Barão de Mipibu em toda a sua vida prestou relevante serviços e benfeitorias em sua cidade natal. Em 1879 mandou construir e doou a Cidade de São José, o prédio onde se instalou a CASA DE INSTRUÇÃO. Logo após a sua morte, como uma homenagem póstuma em reconhecimento por tão meritória iniciativa, as autoridades municipais da época determinaram que o citado estabelecimento de ensino passaria a ser denominado GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. Miguel Ribeiro Dantas faleceu em 14 de junho de 1881 aos 81 anos de idade. Seus restos mortais estão sepultados no cemitério local. A árvore genealógica e biografia de ascendentes e descendentes foram inseridas em um livro editados por um dos membros da numerosa família, o qual esclarece que a maioria dos que residiam nesta cidade e municípios do agreste nordestino desde o início do século XVIII eram abastados senhores de engenho e proprietários de grandes fazendas e, por conseguinte, dominavam a economia local. Outros se projetaram nos cenários Municipal, Estadual e Nacional, galgando altos postos na magistratura, magistério, clero, forças armadas, política e outras profissões liberais. No final do século XIX LAGOA DO FUMO foi vencida por MIGUEL RIBEIRO DANTAS III, filho único e herdeiro de bens deixados pelo BARÃO, ao coronel FELIPE FERREIRA, natural de São José de Mipibu, rico senhor de engenho e fazendeiro, patriarca de tradicional e numerosa família. Em seguida, transferiu por doação, a seu filho PEDRO FERREIRA, o qual passou a administrar a histórica propriedade, dando continuidade aos trabalhos relacionados a uma fazenda de médio porte, cuja atividade principal era

a indústria açucareira e seus derivados, além da agricultura e da pecuária. Adquiriu e montou maquinário nas dependências da casa do engenho, iniciando a fabricação de mais de um derivado: Aguardente de cana ou a famosa “cachaça” como é mais conhecida na região nordestina, engarrafada e rotulada com o sobrenome de ‘SOBERANA’. Entre as benfeitorias que realizou na propriedade durante sua gestão, merece destaque especial à construção da linda capela em estilo barroco e entronização no nicho do seu altar da imagem de São Pedro, designado padroeiro daquele recinto sagrado. PEDRO FERREIRA faleceu em 1930, deixando como herdeiro o seu filho JÚLIO FERREIRA, que passou a gerir os negócios e as múltiplas atividades do ENGENHO/FAZENDA, com pleno êxito, fato comprovado pela leitura de um panfleto de propaganda inserido no “LIVRO DO COMÉRCIO, PROPAGANDA E PROFISSÃO” editado em 1933/34 pelo Governo do Estado, citando aquele engenho produzindo na época de 500 a 1000 sacos de açúcar por safra, criando gado e desenvolvendo agricultura de subsistência em suas várzeas”. Em certo período passou a destilar a cachaça RIQUEZA em substituição a SOBERANA. Devido a sua fama de pureza e boa qualidade teve grande aceitação e consumo pelos milhares de usuários da época. O Engenho Lagoa do Fumo encerrou sua produção de açúcar e derivados por volta de 1963, quando outros assentados nos vales do Trairi e Arara também foram desativados. Júlio Ferreira faleceu em 1976. A partir daquele ano a fazenda passou para a responsabilidade de um dos seus filhos – Dr. Murilo Ferreira, atual proprietário, que durante todo esse tempo realizou inúmeras benfeitorias no campo e na sede, desta-

cando-se: a reconstrução do bueiro e fachada da casa do Engenho, antes em ruínas; recuperação da Bi-Centenária CASA GRANDE, construída quando nosso país ainda era uma colônia, mantendo-a no seu estilo original e ainda conservando alguns móveis e utensílios pertencentes a seus primitivos moradores. Atualmente o Dr. Murilo, além de outros afazeres, dedica-se a criação e engorda de bovinos destinados ao abate, mantendo ali grande e selecionado plantel para esse fim.

Ao encerrar, é justo agradecer ao meu amigo Amauri Freire que além de me conduzir por diversas vezes à fazenda Lagoa do Fumo para realizar pesquisas junto ao seu atual proprietário, ainda tirou as fotos que ilustram o presente artigo.

FREIRE, Pedro. Engenho Lagoa do Fumo. Jornal O ALERTA, edição de julho de 2003.

NECROLÓGIO DO BARÃO DE MIPIBU

“Em idade maior de 80 anos, faleceu em seu engenho Lagoa do Fumo do município de São José, o Exmº. Sr. Barão de Mipibu, coronel Miguel Ribeiro Dantas, no dia 14 do mês corrente, pelas 5 horas e meia da manhã.

O finado barão era um dos mais abastados agricultores e proprietários daquele município, d’onde era natural e onde sempre residiu, gozando em todo termo da geral estima e consideração que todos lhe tributavam.

Dotado de um gênio essencialmente pacífico e sobremodo benfazejo, jamais houve quem, no longo de sua vida, contra ele articulasse queixas e o malsinasse.

Era o finado barão de Mipibu um dos mais importantes e prestimosos membros do partido conservador de São José, senão era mesmo o chefe desse partido pela sua posição e fortuna.

Tinha apenas os conhecimentos rudimentares da língua materna, mas possuía o melhor bom senso para saber dirigir as suas ações.

Entre outras provas de liberdade e patriotismo, deu ultimamente a de mandar construir na cidade de São José um dos melhores edifícios daquela cidade, no qual gastou cerca de 15:000\$000, e que gratuita e generosamente ofereceu ao governo para servir de casa de instrução, onde hoje funcionam as aulas de primeiras letras da mesma cidade.

Além dos cargos públicos de eleição popular que sempre exerceu no município de sua residência, foi também distinguido pelo governo imperial com as numerações de vice-presidente da

província, de comandante superior da G. N. e finalmente agraciado com o título de barão de Mipibu.

Vivendo há muitos anos no estado de viuvez, deixou apenas de seu consórcio um único filho, que ainda vive, o nosso amigo major Miguel Ribeiro Dantas, Sr. do engenho Diamante no Ceará-mirim.

Ao nosso amigo e a todos de sua Exmº. família enviamos a expressão de nosso sincero pesar.

DESCENDÊNCIA DE MIGUEL RIBEIRO DANTAS E MARIA FLORÊNCIA VIANA

Do casal nasceu um único filho, MIGUEL RIBEIRO DANTAS JÚNIOR, que veio ao mundo no dia 1º de janeiro de 1827. Contraiu matrimônio com sua tia, pelo lado paterno, MARIA ANGÉLICA DE JESUS DA SILVA, nascida em 1817, filho do casal José da Silva Leite e Joana Maria Dantas Viana. O casamento ocorreu em 1846.

Em 7 de janeiro de 1853, Miguel Ribeiro Dantas Júnior era empossado em São José de Mipibu, no cargo de vereador.

Miguel era conhecido como Miguel Ribeiro do “Diamante”, do qual era proprietário, situado em Ceará-mirim.

Comandante da Guarda Nacional, Miguel faleceu em 29 de outubro de 1899. Maria Florêncio, em 1904, ambos sepultados no cemitério público do Ceará-mirim.

De Miguel Ribeiro Dantas Júnior e Maria Angélica Jesus da Silva, nasceram alguns filhos falecidos na infância, todos eles batizados em São José de Mipibu. Uma única filha do casal atingiu a maioridade: MARIA GENEROSA RIBEIRO DANTAS. Esta casou-se em junho de 1872, com o viúvo Dr. Olinto José Meira, filho do casal José Bento Meira Vasconcelos e Isabel Cândida da Anunciação. Maria Generosa nascera a 9 de maio de 1851.

O casal Olinto José Meira e Maria Generosa Ribeiro Dantas gerou os filhos: Dr. José Augusto Meira Dantas, Maria Verônica, Miguel Meira, Olinto Meira. Um estudo de autoria de Carlos Alberto Dantas Moura, que tomamos a liberdade de incluir

neste livro, nos fornece informações mais detalhadas sobre os quatros bisnetos de Miguel do “Diamante”.

MIGUEL RIBEIRO, DO “DIAMANTE”

Luís da Câmara Cascudo

Há quarenta anos (29 de outubro de 1899) falecia em Ceará-mirim o III Miguel Ribeiro Dantas, senhor do “Diamante”. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional na comarca de Ceará-mirim. Com ele a aristocracia cavalheiresca do vale perdia uma das mais ornamentais expressões. Era o “senhor-de-engenho”, faustoso e senhorial, agasalhador e generoso, amável por natureza e pródigo por temperamento. Ia em crepúsculo seu grande dia financeiro, mas Miguel Ribeiro morreu abastado, imponente em seus modos fidalgos. Por alguns anos fora o mais rico proprietário da região, o dono dos mais lindos cavalos de sela em cinqüenta léguas derredor. Como um landlord legítimo possuía o amor pelos nobres animais, o esplendor da mesa farta, a inocente exibição de conforto e de auxílio. Tudo era instintivo, lógico, desinteressado, espontâneo. Em janeiro de 1888, fiel ao seu “partido”, o Partido Conservador, libertava, sem condições, sessenta escravos. Abra mão, sem poder, de parte valiosa de sua fazenda.

Tinha uma história romântica e sugestiva. O pai, o segundo Miguel Ribeiro, Barão de Mipibu, casara em 1824 com uma prima, D. Maria, filha do português Antônio Bento Viana, dono do “Carnaubal”, e doador a Igreja de quase todas as terras onde correm as ruas da cidade do Ceará-mirim. Um mês depois de casado, o 2º Miguel Ribeiro convidou a mulher para segui-lo a sua residência, em São José. A recém-casada preferia demorar mais. Miguel Ribeiro teimou, e partiu sozinho. Nunca mais viu a

esposa que deixara grávida. Nem esta o procurou. Em 1825, nasceu Miguel Ribeiro Dantas, terceiro do nome. Herdou a fortuna materna. Quando se quis casar escolheu uma tia, Dona Maria Angélica, oito anos mais velha, irmã de seu pai. Toda a família se opôs. Miguel Ribeiro era teimoso por um direito hereditário. Foi a São José de Mipibu e raptou Dona Maria Angélica, a boa maneira feudal, acompanhado de uma escolta de quatorze escravos de confiança, armados a bacamarte. Desse consórcio veio apenas uma filha, Dona Maria Generosa, que se casou em junho de 1872, com o Dr. Olinto José Meira, ex-presidente da província do Rio Grande do Norte.

Os setenta e quatro anos de vida de Miguel Ribeiro Dantas foram pacíficos e espalhadores de benefícios. Reencarnava a tradição patriarcal dos barões de outrora. Ninguém saiu do “Diamante” faminto ou chorando. Exploravam sua bondade com a facilidade de quem colhe água numa fonte perene. Seus escravos, criados, libertos, amigos, conhecidos, aderentes, parasitas, gravitavam junto àquele núcleo irradiante de dádivas e de benesses. Nele era tudo intrinsecamente natural, emergindo das profundezas duma alma límpida e rebrilhante como o título de sua casa-grande.

Traço inapagável e vivo era a sua paixão pelos cavalos, tratados com detalhes, numa estribaria famosa. Miguel Ribeiro guardava até um animal que havia de ser montado pelo Imperador. E diziam todos, havia de ser “Barão do Diamante”.

Uma leve história, conservada na literatura oral que o cerca, vale esta recordação, tantos anos passados.

Um escravo de estimação, noitinha, selava um dos melhores cavalos de Miguel Ribeiro Dantas e galopava até a cidade,

voltando pela madrugada. Uma vez, metido num “fobó”, esqueceu-se das horas e o sol nasceu. Assombrado com o próprio atrevimento, o escravo montou o cavalo e regressou, pensando no merecido castigo. Miguel Ribeiro na calçada da Casa Grande, avistou, manhãzinha, o negro que, inconscientemente, fazia o animal esquivar, em “baralha-alta”, seguro e direito, com um “Marialva”. Assim entrou no pátio e, defrontando a figura severa do amo, o escravo “deu-de-rédeas”, sofrendo a montada com tal ímpeto que esta, escorregando nas quatro patas, freadas pelo puxão furioso, deslizou até quase o alpendre, deixando um largo sulco, igual e reto, n’areia úmida. Miguel Ribeiro Dantas sacudiu os braços para o ar, num entusiasmo de condecorador:

- *É o que te valeu, negro dos seiscentos diabos!... Vamos medir a risca!...*

E, com o escravo, radiantes ambos, curvaram-se para medir o comprimento da trilha riscada pelo cavalo.

Era assim, inesperado e grandioso, quem morreu há quarenta anos, no dia de hoje, com uma história bonita de bondade e de esquecimento.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Miguel Ribeiro, do “Diamante”. Jornal A REPÚBLICA, edição de 29.10.1939.

NECROLÓGIO DO CORONEL MIGUEL RIBEIRO DANTAS JÚNIOR, do DIAMANTE

FALECIMENTOS

No Ceará-mirim faleceu a 29 do passado, em seu engenho “Diamante” o respeitável e prestante cidadão coronel Miguel Ribeiro Dantas, uma das legítimas influências políticas naquele município e um dos mais dedicados membros do nosso partido.

O finado era filho do Barão de Mipibu e sogro do nosso venerando amigo Dr. Olinto Meira.

Lamentando o desaparecimento de tão prestantes cidadãos, apresentamos (...)

OLINTO JOSÉ MEIRA

OLINTO JOSÉ MEIRA nasceu na vila de Pilar, Paraíba, a 7 de julho de 1829. Bacharel em Olinda na turma de 1851.

Como suplente do deputado-geral pela Paraíba a 10^a legislatura, substitui, na sessão de 1859, ao Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, depois barão de Mamanguape.

Chefe de polícia no Pará. Como 2º vice-presidente do Pará administrou essa província de 21 de maio a 23 de junho de 1861.

Terminado seu governo no Rio G. N. ficou na província, no Ceará-mirim, onde se casou (pela segunda vez) tendo vida de senhor de engenho.

Foi deputado provincial no R. G. N. no biênio de 1878-79 e 2º vice-presidente da província, por carta imperial de 1 de fevereiro de 1879, não tendo oportunidade de assumir.

Em seu governo planejou e iniciou a construção dum edifício para a Assembléia Provincial e secretarias, ainda hoje o melhor prédio público do Estado e atualmente Palácio do Governo, na praça Sete de Setembro. A planta é do engenheiro Ernesto Augusto Amorim do Vale. Remodelou várias obras públicas. O R. G. N. tinha quatro cidades, Natal, São José, Assú e Imperatriz (Martins). Trinta e sete escolas funcionavam.

No Ateneu ensinava-se apenas latim, francês e língua nacional. Por economia, o presidente Pedro Leão Veloso suprimira as outras cadeiras que datavam de 1834.

A 7 de fevereiro de 1866 o vapor “*Mamanguape*”, dirigido pelo capitão Ratis e pertencente a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, subiu no rio e tocou no porto de Mossoró

(Jurema?). Havia Olinto Meira mandado 1467 homens para a guerra do Paraguai, sendo apenas 100 recrutados. Construirá uma pequena ponte sobre uma das pontas da lagoa de Extremoz.

Às 7 horas da noite de 21 de junho de 1866 naufragou, nos baixios das Garças, no município de Touros, a barca alemã “*Emma Matilde*”, que ia de Havana para Macau, conduzindo 56 *coolis* chineses, de regresso à possessão portuguesa. Os náufragos foram levados a Natal, a 2 de julho, e hospedados no Quartel de Linha até 23 do mesmo mês quando seguiram para Recife. Durante a estada em Natal os cinqüenta e seis chineses construíam a suprema curiosidade da cidade que nunca os vira em tal número.

Olinto Meira era homem de cultura e brilho verbal, manejando o latim, amando a História e com hábitos acolhedores e simpáticos.

Faleceu em Natal, a 9 de outubro de 1901, sendo sepultado na Matriz do Ceará-mirim.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Governo do Rio Grande do Norte, pp. 179-181.

NECROLÓGIO DO DR. OLINTO MEIRA

DR. OLINTO MEIRA – Vítima de antigos padecimentos, faleceu hoje pela manhã, na casa de residência do seu digno extremoso filho, desembargador Meira e Sá, nesta capital, o respeitável e venerando ancião, Dr. Olinto Meira.

Não é um homem vulgar que baixa ao túmulo, ainda em plena robustez da vida, ainda aparelhado para prestar valiosos serviços à sociedade e a família ilustre de quem era chefe.

O Dr. Olinto Meira figurou largamente, com honra e brilho para o seu nome, na vida pública do país, principalmente na desta então província.

Magistrado integerrimo o ilustre finado tornou-se notável como administrador. Foi dos mais fecundos o seu governo, como presidente da nossa província, durante o perigo da guerra admirável, o Dr. Olinto Meira soube, ao mesmo tempo em que levantava os sentimentos patrióticos do nosso povo, cuidar dos interesses matérias da província, zelando, fiscalizando e equilibrando as rendas públicas e empreendendo essas obras que aí ficam, como o magnífico palacete do Tesouro, Correio, Superior Tribunal, Intendência e Congresso Legislativo, para atestar a sua benemerência.

O ilustre morto, além do cargo de juiz de direito e presidente desta província, ainda ocupou, sempre com a maior elevação e critério, os cargos de chefe de polícia e presidente da província do Pará e deputado geral pela Paraíba.

Retirando-se as atividades políticas, o Dr. Olinto Meira dedicou-se a vila de agricultor e a educação dos filhos que lhe

tem sabido honrar o nome, mas quando o sentimento republicano ergueu neste país a voz de combate, em pleno regime monárquico, o Dr. Olinto Meira foi um dos primeiros a acudir ao brado de alerta soltado pelo nosso querido chefe senador Pedro Velho, nos tempos gloriosos da propaganda republicana.

Muitos teríamos ainda a dizer, se nós não tivéssemos de cingir aos estreitos limites deste local.

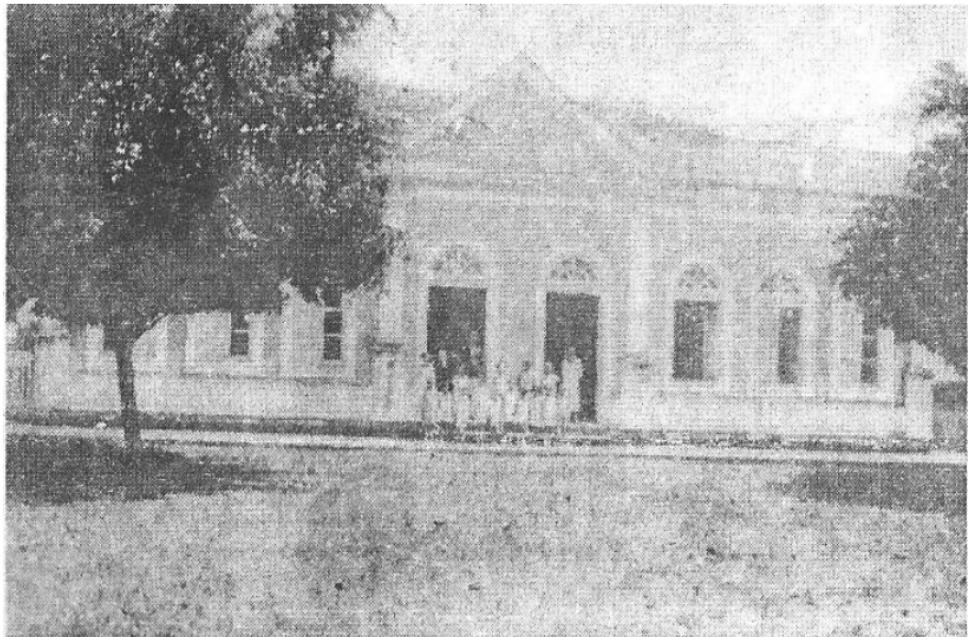
Acompanhando a dor que acabrunha a família do Dr. Olinto Meira, apresentamos-lhe nossos sentidos pêsames na pessoa do seu digno filho, nosso benemérito amigo desembargador Meira e Sá.



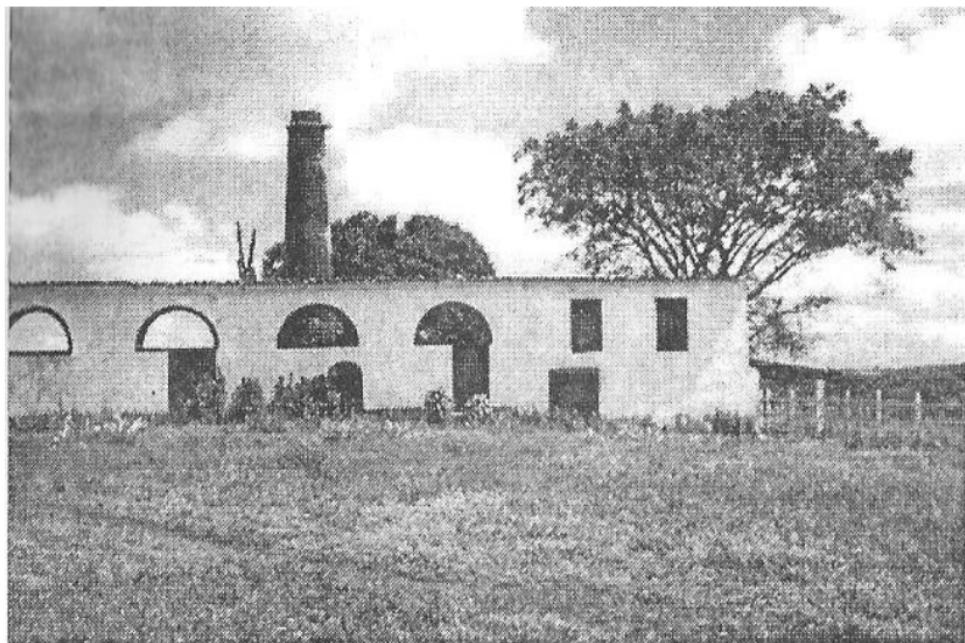
Miguel Ribeiro Dantas, o Barão de Mipibu.



Casa-Grande do Engenho Lagoa do Fumo, outrora pertencente ao Barão de Mipibu.



Casa de Instrução construída em São José de Mipibu pelo Barão de Mipibu, depois denominada de Grupo Escolar “Barão de Mipibu”.



Restos do engenho de açúcar da Lagoa do Fumo.



Miguel Ribeiro Dantas Júnior, do Engenho Diamante, em Ceará-mirim.



Dona Maria Angélica de Jesus da Silva, casada com Miguel Ribeiro Dantas Júnior. Era irmã do Barão e tia do próprio marido.

A DESCENDÊNCIA DO BARÃO DE MIPIBU

MIGUEL RIBEIRO DANTAS II, Barão de Mipibu por decreto Imperial de 18-3-1877 era filho de Joana Maria Dantas e do português José da Silva Leite. Nasceu em 9-5-1799 e seu nome é uma homenagem ao avô materno, português, falecido 3 anos antes de seu nascimento. Foi proprietário, fazendeiro e capitalista e um dos nomes mais populares de sua terra. Em 6-2-1879 o Barão de Mipibu dirigiu uma petição à Câmara Municipal “pedindo para ser designado o lugar para edificar a casa de Instrução, oferecido pelo dito Barão ao Governo Geral”. Foi presidente da mesma Câmara de 7-1-1833 a 7-1-1837. Foi, também, Coronel da Guarda Nacional. Casou-se com sua prima *Maria Viana*, uma das filhas do português *Antônio Bento Viana* e sua esposa *Maria Joaquina Ribeiro Dantas*. Antônio Bento Viana foi proprietário no vale do Ceará-mirim. Além do engenho Carnaubal, onde morava, possuía outras propriedades, que foram distribuídas entre as filhas que iam casando. Foram eles os fundadores da cidade de Ceará-mirim e para isto fizeram doação da parte sul de Carnaubal, desde o curso do rio Ceará-mirim até as terras de Jacoca, ao sul. O casamento de Miguel Ribeiro Dantas II durou apenas um mês, pois a esposa preferiu separar-se do marido a sair de Carnaubal. Isto explica o fato do casal ter tido apenas um filho, Miguel Ribeiro Dantas III.

O Barão foi um dos quatro norte-rio-grandenses agraciados com o título pelo Imperador. (Os outros três foram o Barão do Ceará-mirim, Manoel Varela do Nascimento, o Barão de Serra Branca, Felipe Neri de Carvalho Silva, e o de Assu, Luiz Gonza-

ga de Brito Guerra). Faleceu em São José e o seu Termo de Óbito (Livro de 1880-92) diz: “Aos 14-6-1881, no cemitério desta cidade, sepultou-se o Barão de Mipibu, Miguel Ribeiro Dantas, de idade oitenta e um anos, viúvo de Dona Florêncio Ribeiro Dantas, morador em Lagoa do Fumo. Do que mandei fazer este, que assigno”. Cônego Gregório Ferreira Lustosa.

Cascudo escreveu uma Acta Diurna (de 11-5-1941) sobre Miguel Ribeiro Dantas II. Diz que possui fazendas, sítios, engenhos, campos. “As melhores propriedades pertencia-lhe, como Laranjeiras, Tapuia e a célebre Lagoa do Fumo, onde estava a casa-grande. Em todo o litoral da Província, sabiam todos era o maior possuidor de ouro em moeda. Tinha uma mala cheia, reluzente, faiscando como uma tentação”. Conclui dizendo: “Deixou uma lenda, lenda de tesouro enterrado. Seu filho único encontrou-se riquíssimo, mas não achou uma só moedinha de ouro, das milhares que o Barão estirava ao sol, sobre grandes couros de boi, para arejar, guardadas pelos escravos fiéis, de olho vivo e bacamarte ponteiro.

Nunca mais voltou a ver a esposa. A acreditarmos nos registos de batismo de São José em que o Barão foi padrinho, ela faleceu muito moça, pois ele é citado como viúvo desde janeiro de 1834.

O único filho, nascido a 1-1-1827, *Miguel Ribeiro Dantas III*, foi também objeto de uma Acta Diurna de Cascudo (Miguel Ribeiro, o, “Diamante”, de 29-10-1939), para comemorar 40 anos do seu falecimento. Dr. José Augusto Meira forneceu-me a data de falecimento como sendo 28-10-1898 (e não 29-10-1899). Cascudo diz: “Há 40 anos (29-10-1899) falecia em Ceará-mirim

o III Miguel Ribeiro Dantas, senhor do Diamante, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional na Comarca de Ceará-mirim. Com ele a aristocracia cavalheiresca do Vale perdia uma das mais ornamentais expressões. Ia em crepúsculo seu grande dia financeiro, mas Miguel Ribeiro morreu abastado, imponente em seu modos fidalgos". Mais adiante: "Em janeiro de 1888, fiel ao seu "partido", o Partido Conservador, libertava, sem condições, sessenta escravos. Abria mão, sem poder, de parte valiosa de sua fazenda".

Casou-se, provavelmente em 1846, com sua tia paterna MARIA ANGÉLICA DE JESUS DA SILVA, que está sepultada com o marido, no Cemitério de Ceará-mirim. Nasceu em 1817 e faleceu em 1904, como está gravado na lápide do mesmo. Seu neto o Dr. José Augusto Meira escreveu (Ver Capítulo I. Apêndice): "Talvez tenha havido algum obstáculo ao casamento, em virtude do parentesco, de modo que a tia e o sobrinho fugiram de noite de São José, acompanhados por quatro escravos armados de bacamarte e uma mucama, amanhecendo no Carnaubal. Feito o casamento, o casal foi viver em Diamante, propriedade herdada em Maria Viana". Cascudo usou tintas mais fortes e diz: "Quando se quis casar escolheu uma tia, Dona Maria Angélica, oito anos mais velha, irmã de seu pai. Toda a família se opôs. Miguel Ribeiro era teimoso por um direito hereditário. Foi a São José e raptou Dona Maria Angélica, a boa maneira feudal, acompanhado de uma escolta, de *quatorze* escravos de confiança, armados a bacamarte".

O casal teve vários filhos que morreram infantes. Nos livros de São José achei os seguintes:

- 1 – Florêncio, nascida a 14-2-1847.
- 2 – Josefa, nascida a 20-2-1848.
- 3 – Joana, falecida a 3-8-1850, com 2 meses.
- 4 – Maria, nascida a 9-5-1851.
- 5 – Ana, nascida a 28-6-1852.
- 6 – Manoel, nascido a 10-6-1853.

Maria, é certamente, Maria Generosa Ribeiro Dantas, única filha do casal que sobreviveu a infância. Seu filho Dr. José Augusto Meira diz que nasceu a 25-5-1852.

Dona Maria Generosa casou-se, em junho de 1872, com o Dr. OLINTO JOSÉ MEIRA, filho do segundo matrimônio de JOSÉ BENTO MEIRA DE VASCONCELOS, Cirurgião-Mor, fazendeiro e senhor de engenho em Pernambuco, e Dona Isabel Cândida da Anunciação, de Pilar, Paraíba.

Olinto Meira foi advogado e governador das Províncias do Rio Grande do Norte e Pará. Casou-se em primeiras núpcias com Dona Maria Joaquina Albuquerque e Sá, que lhe deu 2 filhos: a) Francisco Alberto Antunes Meira de Vasconcelos, casado com Dona Maria Pereira Pacheco, de Ceará-mirim, e b) Dona Ana Meira e Sá (Naninha) casada com Antônio de Carvalho e Souza.

Os interessados na genealogia dos MEIRA encontrarão material farto em 2 livros: a) Memórias do Quase-Ontem, de Octávio Augusto de Bastos Meira, Rio de Janeiro, 1976 e b) Dados genealógicos dos ascendentes e descendência de Francisco Alberto Antunes Meira, de Jorge de Paiva Meira, Rio de Janeiro, 1975. O segundo trabalho é de obtenção mais difícil, pois

teve uma tiragem de cerca de 200 exemplares, distribuídos entre os parentes.

A referência mais antiga aos MEIRA é uma nota dos arquivos de Dr. Augusto Meira: “É certo que na cidade de Cama mu, na Bahia, nasceu Francisco Antunes Meira, em princípio do século XVIII, o qual, vindo estabelecer-se na Paraíba, aí casou -se com Dona Isabel Marina de Castro. Deste casal nasceu todos os Meira no Norte do Brasil, hoje também derramados pelo Sul”.

O Dr. Olinto José Meira nasceu a 7-7-1829 e faleceu em outubro de 1901. De seu segundo casamento, com Maria Gen -rosa Ribeiro Dantas, nasceram 5 filhos um dos quais, LUÍS, morreu infante.

N-1) *José Augusto Meira Dantas*, nascido em Ceará -mirim, a 11-12-1873, morreu em Belém, a 21-3-1964. Formado em Direito em Recife, 1899, casou -se com Anésia Pinto dos Guimarães Bastos, nascida em Santarém, Pará (4-9-1885/16-12-1955), filha de Joaquim Lopes Bastos, Cel. da Guarda Nacional e Dheodolinda Pinto Bastos. Casamento: 21-01-1905. Diretor e Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará. Poeta, jornalista, Senador e Deputado Federal pelo Pará. Interessado pela genealogia, deixou notas importantes sobre as famílias de seus pais. Escreveu vários livros e monografias: *Eis o Livro* (estudo de Filosofia), *Corymbos* (versos), *Falenas e Ne-núfares* (versos), *Brasileis* (Epopéia), *Alma das Horas* (Versos), *Tirania dos Erros* (Estudos políticos e sociais), *Autonomia A -creana*, *Amazonas Versus Pará e Ordem de Garantia*.

O casal teve nove filhos:

Bn-1) Decélia de Bastos Meira, nascida em Belém (23-11-1905/30-11-1974), casou-se a 6-7-1935 com Diocórides Vilar Dilon, Radiotelegrafista da Cia. Nacional de Navegação Costeira (26-9-1905/22-11-1976). Sem filhos.

Bn-2) Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, advogado (28-2-1908 – 6-4-1938). Casou-se a 6-6-1931 com Maria Irene Faciola de Sousa (26-1-1912), descendente de italianos. Octávio é advogado, foi Deputado pelo Pará e nomeado Interventor Federal no Estado no Governo de Eurico Gaspar Dutra. Presidente do Banco de Crédito da Borracha, e depois do Banco do Estado do Pará. Faleceu em Belém.

Tn-1) Paulo Rúbio S. Meira, advogado e professor. (12-10-1932). Casado, em 1962, com Lúcia Cândida Novaes de Azevedo. Filhos:

Otávio Augusto, nascido em 16-1-1963.

Paulo Augusto, nascido em 31-10-1967.

Cláudio Augusto, nascido em 8-7-1971.

Tn-2) Alcir Bóris, engenheiro civil e professor (8-4-1934), casado com Francy Cardoso Brasil (3-11-1937). Filhos:

César Augusto, nascido em 9-9-1959.

Andréa, nascida em 11-1-1964.

Bn-3) Eynar Florisa (1-11-1909). Casou-se em primeiras núpcias, com Raimundo Aderbal da Serra Matos, Portuário (30-5-1907 – 1936).

Tn-3) Aderbal Meira Matos nascido a 28-12-1933, casado com Maria Helena Maroja Marinho.

Filhos:

Bruno (26-31960)

Marcelo (14-10-1962)

Renato (28-11-1963)

Brenda Marinho Meira Matos.

Casou-se, em segundas núpcias, com Orlando Chicre Bitar, Catedrático de Direito no Pará (1313-6-1914 – 3-4-1974), sem filhos.

Bn-4) Dióris Angélica (14-7-1912). Solteira.

Bn-5) Cécil Augusto (1º-1-1914), advogado, casado com Maria Helena Coelho de Sousa.

Cécil Augusto é também Catedrático de Português e Literatura, de Direito Judiciário Civil e Cônsul da Bélgica, desde 1947. Publicou os seguintes livros: *Da Analogia e sua influência na linguagem*, *A Língua Portuguesa no Brasil*, *Introdução ao Estudo da Literatura*, *Imitação de Rui Barbosa e Acordo Ortográfico de 1945*. Filhos:

Tn-4) Luis Roberto (3-4-1952) Advogado.

Tn-5) Eduardo Augusto (19-1-1958)

Bn-6) Augusto Ebremar (5-8-1915 engenheiro); Presidente da Câmara Municipal de Belém e Cônsul da França, casado em 1943 com Maria de Lourdes de Passos Freitas, da Parnaíba, Piauí.

Tn-6) Nelson Augusto (21-7-1944). Casado com Maria Helena Ayres de Matos. Filhos:

Renata de Matos Meira.

Ricardo de Matos Meira.

Tn-7) Maria Cristina Freitas de Meira, professora, (19-10-1945), casada com Luiz Paulo Costa Leite, engenheiro. Filhos:

Breno de Meira Leite, nascido no Rio.

Bruno nasceu em Belém.

Tn-8) Regina de Nazaré (13-8-1947, professora).

Tn-9) Wilson Augusto (2-3-1949).

Tn-10) Milton Augusto (18-8-1950).

Tn-11) Aurélio Augusto, nascido a 15-10-1951, casado em julho de 1975, com Hilda Gomes de Sousa.

Tn-12) Edson Augusto (2-7-1953).

Tn-13) Márcio Augusto (14-8-1963).

Bn-7) Clóvis Olinto (19-07-1917), médico, Catedrático de Medicina Legal, casado com Jovina Gonçalves Bastos.

Tn-14) Helena Maria (17-8-1946). Casada com Milton Lobato, médico de Aeronáutica. Filhos:

Mylene

Claúdia

Mônica

Tn-15) Gilberto (8-9-1947).

Tn-16) Maria das Graças (20-9-1948).

Casada com Carlos Abnader, advogado nascido em Manaus.

Tn-17) Vera Lúcia (12-6-1950)

Bn-8) Silvio Augusto (14-5-1919), advogado, casado com Maria José de Oliveira Martins (11-11 – 6-2-1969), falecida num desastre de automóvel.

Silvio é Catedrático de Direito Romano, publicou os seguintes trabalhos: *Instituições de Direito Romano*. São Paulo, *noções Gerais de Processo Civil Romano*, 1962 e traduções do *Fausto de Goethe*, e *Wilhelm Tell*, de Schiller. Filhos:

Tn-18) Aluízio Augusto Martins Meira, advogado (24-8-1943), casado com Mary June Ferreira. Filhos:

Aluísia

Aline Ferreira de Meira

Tn-19) Maria Silva (21-2-1945), casada com José Maria Macedo, engenheiro sanitário. Filhos:

Anésia Meira de Macedo, nascida em Salvador.

Beatriz, nascida em Belém.

Carla, nascida em São Paulo.

Sílvio José, nascido em Belém.

Tn-20) Arnaldo Augusto, engenheiro civil (15-12-1948), casado com Célia Ramos. Filhos:

Fábio

Cíntia

Tn-22) Heloísa (26-1-1952).

Tn-23) Fernando (15-11-1957).

Tn-24) Henrique (31-12-1959).

Bn-9) Rui Augusto (30-11-1921). Engenheiro Civil, casado com Celma Maria de Almeida. Filhos:

Tn-25) Maria Angélica.

N-2) Maria Verônica (9-7-1875/5-3-1948), casada com Joaquim Paulino Duarte da Silva, comerciário, irmão de Pedro Duarte da Silva, vigário de São José e Ceará-mirim. Joaquim Paulino é primo afastado de Maria Verônica, por ser neto de Francisca Joaquina da Silva, irmã de Barão de Mipibu. 2 filhos, nascidos, em Goianinha, RN.

Bn-10) Djanira (27-7-1917)

Bn-11) Geraldo Meira e Silva (14-5-1919). Solteiro, comerciário.

N-3) Miguel Meira (28-10-1877), nascido em Ceará-mirim, advogado, morreu por volta de 1967, casado com Eva Pires de Camargo, nascida em São Paulo.

Bn-12) Sílvio Meira, casado com Adélia Pereira Bueno.

Tn-26) Neusa.

Tn-27) Fábio, comerciário.

Tn-28) Neide.

Tn-29) Miguel, corretor.

TN-30) Sérgio, corretor.

Todos nascidos em São Paulo.

Bn-13) Olinto Meira, solteiro, nasceu em São Paulo, funcionário do IBGE. Em segundas núpcias Miguel casou-se com Beatriz Meira, que lhe deu uma filha.

Bn-14) Taciana Beatriz, nascida em São Paulo.

N-4) Olinto Meira (-12-1879), nascido em Ceará-mirim, agricultor, casado com Isabel Dantas (Bela), nascida em Ceará-mirim. Filhos:

Bn-15) Luiza Meira Dantas, casada com Tibúrcio Gambarra Pires, de Santana do Matos. Jornalista. O casal teve 5 filhos, nascidos em Ceará-mirim, RN.

Tn-31) Inácio Meira Pires, Diretor do Teatro Alberto Maranhão, de Natal, e do Serviço Nacional de Teatro, do Rio. Casou-se com Ismenilda Leite, de Natal, com 4 filhos, nascido em Natal:

1 – Marcos Vinícius Meira Pires

2 – Luiza Katherine

3 – Sara Eleonora

4 – George Frederico

Tn-32) Maria da Cruz Meira Pires casou-se com João Orestes Manara, de Taubaté, SP, com 2 filhos:

1 – José Eduardo Pires Manara, nascido em Taubaté, Engenheiro Mecânico.

2 – Luiza Maria, nascida em Natal, professora.

Tn-33) João Meira Pires.

Tn-34) José Espedito Meira Pires (Dete), funcionário público federal, casou-se com Glauce Maria Barroca Motta, de Natal. 5 filhos, todos nascidos em Natal:

1 – Paulo Sérgio da Motta Pires, engenheiro.

2 – Carlos Alberto.

3 – Fernando Luiz.

4 – Ricardo José.

5 – Roberto Augusto.

Tn-35) Maria Thereza Meira Pires casou-se com Henrique Sales Menezes, de Recife, suboficial da Aeronáutica, 4 filhos:

1 – Djalma Henrique Pires Menezes, nascido em Natal.

2 – Eduardo Roberto, nascido em Natal.

3 – Fátima Christina, nascida em Natal.

4 – Ricardo Nelson, nascido no Rio de Janeiro.

O BARÃO DE MIPIBU – FONTES

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Barão de Mipibu (Acta Diurna). Jornal AREPÚBLICA, de 11.05.1941.

A Família Ribeiro Dantas (Acta Diurna). Jornal A REPÚBLICA, de 04.07.1940.

Governo do Rio Grande do Norte. Natal: Livraria Cosmopolita, 1939.

Miguel Ribeiro, do “Diamante”. Jornal A REPÚBLICA, edição de 29.10.1939.

CORREIO DO NATAL, de 25.06.1881. Necrológio do Barão de Mipibu.

DANTAS MOURA, Carlos Alberto. Família Ribeiro Dantas de São José de Mipibu. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1985.

FREIRE, Pedro. Engenho Lagoa do Fumo. Jornal O ALERTA, edição de julho 2003.

GUERREIRO BARBALHO, Gilberto. História do Município de São José de Mipibu. Rio de Janeiro. Editora NAP S. A., 1961.

LIVRO DE REGISTROS DE DATAS E SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE (1808-1824). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 109.

MARTINS LOPES, Fátima. Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823). Natal: EDURF – Editora da UFRN, 2000.

A REPÚBLICA, edição de 12.02.1938. Grandeza e Decadência de Ceará-mirim.

A REPÚBLICA, edição de 01.11.1899. Necrológio do Cel. Miguel Ribeiro Dantas.

A REPÚBLICA, edição de 10.10.1901. Necrológio do Dr. Olyntho Meira.

ÍNDICE

Introdução.....	02
O Barão do Ceará-mirim (Luís da Câmara Cascudo)	04
O Barão (Nilo Pereira).....	07
Casamento, Filhos e Netos do Barão do Ceará-mirim	16
Batizados de alguns filhos do Barão do Ceará-mirim	20
Vida Pública de Manuel Varela do Nascimento.....	21
Carta-Diploma do Barão do Ceará-mirim	22
Patriotismo, Generosidade e Religiosidade do Barão	24
Trajetória Econômica do Barão do Ceará-mirim	27
Inventário e Partilhas do Barão do Ceará-mirim – Colação e Legítima do Dr. Vicente Inácio Pereira.....	30
A Casa-Grande do Engenho São Francisco.....	34
O Óbito do Barão do Ceará-mirim	37
Necrológio da Baronesa do Ceará-mirim	39

Necrológio de Dona Joana Florinda de Gouveia Varela	41
Necrológio de José Felix da Silveira Varela	43
José Inácio Fernandes Barros (Raimundo Nonato).....	44
José Inácio Fernandes Barros (Luís da Câmara Cascudo)	45
José Inácio Fernandes Barros (Luís da Câmara Cascudo)	46
O Solar do Casal José Inácio Fernandes Barros	49
Necrológio do Dr. José Inácio Fernandes Barros	52
Necrológio de Alexandre Varela do Nascimento	54
Vicente Inácio Pereira (Luís da Câmara Cascudo)	55
Vicente Inácio Pereira (Luís da Câmara Cascudo)	57
Uma Visão e Nada Mais (Nilo Pereira).....	61
Casamento de Vicente Inácio Pereira – Isabel Duarte Xavier Varela	65

A Casa-Grande do Engenho Guaporé, do Dr. Vicente Inácio Pereira	66
Necrológio do Dr. Vicente Inácio Pereira	70
Necrológio de Dona Isabel Augusta Varela Pereira.....	72
 Serra Aguda (Nilo Pereira).....	 73
 Manuel de Gouveia Varela (Raimundo Nonato).....	 83
 Maneco Varela (Luís da Câmara Cascudo)	 84
 Necrológio do Dr. Manuel de Gouveia Varela.....	 87
 Heliodoro Fernandes Barros.....	 91
 Necrológio do Dr. Heliodoro Barros	 93
 Um Eciano Charadista (Nilo Pereira).....	 94
 A Legenda Dourada (Nilo Pereira).....	 99
 Necrológio de Fausto Varela Pereira.....	 101
 O Barão de Ceará-mirim – Fontes.....	 102

II PARTE

Introdução.....	106
Genealogia de Miguel Ribeiro Dantas e Maria Florênci Viana	108
Data e Sesmaria concedida a José da Silva Leite	112
Data e Sesmaria concedida a Estevão José Dantas.....	114
A Família Ribeiro Dantas (Luís da Câmara Cascudo)	116
BARÃO DE MIPIBU (Luís da Câmara Cascudo)	118
Miguel Ribeiro Dantas (Gilberto Guerreiro Barbalho).....	122
Engenho Lagoa do Fumo (Pedro Freire)	123
Necrológio do Barão de Mipibu	127
Descendência de Miguel Ribeiro Dantas e Maria Florênci Viana	129
Miguel Ribeiro do “Diamante” (Luís da Câmara Cascudo)	131
Necrológio do Coronel Miguel Ribeiro Dantas Júnior, do Diamante	134
Olyntho José Meira (Luís da Câmara Cascudo)	135

A descendência do Barão de Mipibu (Carlos Alberto Dantas Moura).....	145
O Barão de Mipibu – Fontes	157